



Recenseamento Geral da População e Habitação 2000

TEMA : POPULAÇÃO PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

**INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
REPÚBLICA DE CABO VERDE**

**População portadora de deficiência
[CENSO 2000]**

Catálogo recomendada:

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

População portadora de deficiência – RGPH 2000

Presidente

Francisco Fernandes Tavares

Editor

Instituto Nacional de Estatística – Gabinete do Censo 2000

Sede

Av. Amílcar Cabral, CP 116

Cabo Verde

Telefone: 61.38.27

Fax: 61.16.56

E-mail: inecv@mail.cvtelecom.cv; inecv@ine.gov.cv

Impresso

Tipografia :::::::::::::::::::::

Tiragem: 500 exemplares

© INE na Internet

www.ine.cv

SIGLAS, ABREVIATURAS E LEGENDAS

CONCELHOS

RG	Ribeira Grande
PL	Paúl
PN	Porto Novo
SV	São Vicente
SN	São Nicolau
SL	Sal
BV	Boa Vista
MA	Maio
TF	Tarrafal
SC	Santa Catarina
SZ	Santa Cruz
PR	Praia
SD	São Domingos
SM	São Miguel
MO	Mosteiros
SF	São Filipe
BR	Brava

ESCLARECIMENTOS SOBRE O TEMA

Maria Alice Tavares Monteiro - Tel.: 613827/927001

Luz Marina Monroy R. Osório - Tel.: 622111/935197

E-mail: alicea@ine.gov.cv

PLANO DETALHADO

INTRODUÇÃO

CAPITULO I – Contexto de Estudo e Considerações Metodológicas

- 1- Contexto
 - 1.1- Enquadramento legal
 - 1.2- Contexto sócio - cultural e económico
- 2- Considerações metodológicas
 - 2.1- Conceitos e definições
 - 2.2- Método de recolha
 - 2.3- Vantagens e limitações
 - 2.4- Qualidade de dados

CAPITULO II – Incidência da deficiência

- 1- Nível Nacional e meio de residência por sexo
- 2- Variação regional
- 3- Estrutura por grupos etários

CAPITULO III – Estrutura por tipos de deficiência

- 1- Nível nacional e meio de residência
- 2- Variação regional
- 3- Estrutura por grupos etários
- 4- Modalidades do tipo deficiência

CAPITULO IV – Características sócio - demográficas e familiares

- 1- Estrutura por idade e por sexo
- 2- Situação Matrimonial
- 3- Ambiente familiar

CAPITULO V – Educação da população portadora de deficiência

- 1- Frequência escolar
- 2- Escolarização
- 3- Nível de instrução
- 4- Analfabetismo

CAPITULO VI – Actividade Económica e Condição de Vida

- 1- Actividade Económica
 - 1.1- Situação na ocupação
 - 1.2- População desempregada
 - 1.3- População inactiva
- 2- Condição de Vida
 - 2.1- Meio de vida
 - 2.2- Nível de conforto

CONCLUSÕES

BIBLIOGRAFIA

ANEXOS

Lista de quadros , gráficos e anexos

CAPITULO II – Incidência da deficiência

1- Nível nacional e meio de residência por sexo

Quadro II1: Efectivo e percentagem da população portadora de deficiência segundo o sexo por meio de residência

Quadro II2: Efectivo e percentagem da população portadora de deficiência segundo o sexo por ilha de residência Quadro II3: Efectivo e percentagem da população portadora de deficiência segundo o sexo por Concelho de residência

Gráfico III1: Incidência da deficiência por ilha

Quadro II3: Efectivo e percentagem da população portadora de deficiência segundo o sexo por Concelho de residência

2- Estrutura por grupos etários

Quadro II4: Efectivo e percentagem da população portadora de deficiência segundo o sexo por grupo etário

Quadro II5: Efectivo e percentagem da população portadora de deficiência segundo o meio de residência e sexo por grupo etário

CAPITULO III – Estrutura por tipo de deficiência

1- Nível nacional

Quadro III1: Repartição da população portadora de deficiência segundo o tipo de deficiência por sexo

2- Meio de residência

Quadro III2: Repartição da população portadora de deficiência segundo o tipo de deficiência por meio de residência e sexo

Quadro III3: Repartição da população portadora de deficiência segundo o tipo de deficiência por ilha de residência

Quadro III4: Repartição da população portadora de deficiência segundo o tipo de deficiência por Concelho de residência

3- Estrutura por grupos etários

Quadro III5: Repartição da população portadora de deficiência segundo o tipo de deficiência por grupo etário

4- Modalidades do tipo da deficiência

Quadro III6: Repartição da população portadora de deficiência segundo o tipo de deficiência por sexo

Quadro III7: População portadora de deficiência segundo o meio de residência por tipo de deficiência

CAPITULO IV - Características sócio - demográficas e familiares

1- Estrutura por grupos etários e sexo

Quadro IV1: Repartição da população portadora de deficiência segundo o grupo etário por sexo

Gráfico IV1: Pirâmide de idade da população portadora de deficiência

2- Situação matrimonial

Quadro IV2: Repartição da população de 12 anos e mais portadora de deficiência segundo o estado civil por sexo

Quadro IV3: Repartição dos chefes de agregado portadores de deficiência segundo o estado civil por sexo

3- Ambiente familiar

Quadro IV4: Distribuição da população portadora de deficiência por relação de parentesco

Quadro IV5: Distribuição da população portadora de deficiência segundo a tipologia do agregado por sexo

Quadro IV6 – Distribuição da população portadora de deficiência segundo o tipo de deficiência por tamanho de agregado onde vivem pessoas portadoras de deficiência

CAPITULO V – Educação da população portadora de deficiência

1- Frequência Escolar

Quadro V1 : Repartição da população de 4 anos e mais portadora de deficiência por sexo segundo a frequência escolar

Quadro V2 : Repartição da população de 4 anos e mais portadora de deficiência segundo a frequência escolar por grupo etário

GráficoV1: População de 4 anos e mais portadora de deficiência segundo a frequência escolar

Quadro V3 : Repartição da população de 4 anos e mais portadora de deficiência por meio de residência e por sexo segundo a frequência escolar

Quadro V4 : Repartição da população de 4 anos e mais portadora de deficiência por ilha segundo a frequência escolar

Quadro V5 : Repartição da população de 4 anos e mais portadora de deficiência por concelho segundo a frequência escolar

Quadro V6 : Repartição da população de 4 anos e mais portadora de deficiência segundo a frequência escolar por tipo de deficiência

2- Escolarização

Quadro V7: Efectivo e taxa de escolarização (%) da população de 4 anos e mais portadora de deficiência que está a frequentar segundo o sexo por meio de residência

Quadro V8: Efectivo e taxa de escolarização (%) da população de 4 anos e mais portadora de deficiência que está a frequentar um estabelecimento escolar segundo o sexo por grupo etário

3- Nível de instrução

Quadro V9 : Repartição da população de 15 anos e mais portadora de deficiência por grupos etários segundo o nível de instrução e sexo

Gráfico V2 - População de 15 anos e mais portadora de deficiência segundo o nível de instrução

Quadro V10 : Repartição da população de 15 anos e mais portadora de deficiência por grupos etários segundo o nível de instrução e meio de residência

Analfabetismo

Quadro V11 – Taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais portadora de deficiência segundo o sexo por meio de residência e grupo etário

CAPITULO VI - Actividade económica e condição de vida

1- Actividade económica

1.1- Situação na ocupação

Quadro VI1: Repartição da população de 15 anos e mais portadora de deficiência segundo a situação na ocupação por tipo de deficiência

Quadro VI2: Repartição da população de 15 anos e mais portadora de deficiência segundo a situação na ocupação por meio de residência

Quadro VI3: Repartição da população de 15 anos e mais portadora de deficiência segundo a situação na ocupação por ilha de residência

Quadro VI4: Repartição da população de 15 anos e mais portadora de deficiência segundo a situação na ocupação por grupo etário

Gráfico VI1 : Situação na ocupação da população de 15 anos ou mais portadora de deficiência

1.2- população desempregada

Quadro VI5 : Repartição da população desempregada de 15 anos e mais portadora de deficiência segundo o meio de residência segundo por sexo

Quadro VI6: Repartição da população desempregada de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo o tipo de deficiência por meio de residência

Quadro VI7 : Repartição da população desempregada de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo o tipo de deficiência por grupo etário

Quadro VI8 : Repartição da população desempregada de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo o nível de instrução por meio de residência

Quadro VI9 : Repartição da população desempregada de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo o meio de vida por meio de residência

1.3- População inactiva

Quadro VI10 : Repartição da população inactiva de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo o meio de residência por sexo

Quadro VI11 : Repartição da população inactiva de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo o tipo de deficiência por sexo

Quadro VI12: Repartição da população inactiva de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo o tipo de deficiência por meio de residência e grupo etário

Quadro VI13: Repartição da população inactiva de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo a ilha de residência por tipo de deficiência

Quadro VI14: Repartição da população inactiva de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo o nível de instrução por meio de residência

Quadro VI15: Repartição da população inactiva de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo o meio de vida por meio de residência

2- Condição de vida

2.1- Meio de vida

Quadro VI16- Repartição da população portadora de deficiência por meio de vida

Gráfico VI 2- Meio de vida da população portadora de deficiência

Quadro VI 17- Repartição dos chefes de agregado portadores de deficiência segundo o meio de vida por sexo

2.2- Nível de conforto

Quadro VI8- Percentagem da população residente e da população portadora de deficiência segundo o nível de conforto por meio de residência

Quadro VI9- Percentagem dos chefes de agregados sem deficiência e os portadores de deficiência segundo o nível de conforto por meio de residência

Anexo

A1 : Repartição da população portadora de deficiência segundo a ilha de residência por tipo de deficiência

A2 : Repartição da população portadora de deficiência segundo o concelho de residência por tipo de deficiência

A3 : População portadora de deficiência que sabe ler ou escrever por sexo e por tipo de deficiência

A4 : Repartição da população de 4 anos e mais portadora de deficiência por sexo segundo o nível de instrução

A5 : População portadora de deficiência segundo a deficiência motora e sexo por nível de instrução (4 anos e mais)

A6 : População portadora de deficiência segundo o tipo outra deficiência e sexo por nível de instrução (4 anos e mais)

A7 : População portadora de deficiência segundo a deficiência múltipla e sexo por nível de instrução (4 anos e mais)

A8 : Repartição da população de 4 anos e mais portadora de deficiência por meio de residência e sexo segundo o nível de instrução

A9: Repartição da população de 4 anos e mais portadora de deficiência por grupo etário segundo o nível de instrução

A10 : Repartição da população desempregada de 15 anos e mais portadora de deficiência segundo o meio de residência segundo por sexo

A11 : Repartição da população desempregada de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo o tipo de deficiência por meio de residência

A12 : Repartição da população desempregada de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo o tipo de deficiência por grupo etário

A13 : Repartição da população desempregada de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo o nível de instrução por meio de residência

A14 : Repartição da população desempregada de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo o meio de vida por meio de residência

A15 : Repartição da população inactiva de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo o meio de residência por sexo

A16 : Repartição da população inactiva de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo o tipo de deficiência por sexo

A17 : Repartição da população inactiva de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo o tipo de deficiência por meio de residência e grupo etário

A18 : Repartição da população inactiva de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo a ilha de residência por tipo de deficiência

A19 : Repartição da população inactiva de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo o nível de instrução por meio de residência

A20 : Repartição da população inactiva de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo o meio de vida por meio de residência

A21 : População desempregada portadora de deficiência segundo o sexo por ilha de residência

A22: Tipo de habitação da população portadora de deficiência

A23 : Regime de ocupação da casa onde habita a população portadora de deficiência

A24 : Tipo de cobertura da casa onde habita a população portadora de deficiência

A25 : Materiais utilizados nas paredes exteriores das habitações da população portadora de deficiência

A26 : Tipo de habitação e número de divisões de casa onde habita a população portadora de deficiência

A27 : Tipo de habitação e modo de abastecimento de água da casa onde habita a população portadora de deficiência

A28: Tipo de habitação e existência da casa de banho da casa onde habita a população portadora de deficiência

A29 : Tipo de habitação e fonte de energia para iluminação da casa onde habita a população portadora de deficiência

INTRODUÇÃO

A problemática sobre a População Portadora de Deficiência é uma matéria que vem ganhando preocupação a nível mundial, pois, segundo estimativas da Organização das Nações Unidas, existem no mundo cerca de 600 milhões de pessoas portadoras de deficiência. Destas, 180 milhões são crianças. Pelo menos 400 milhões de pessoas com deficiência vivem nos países em vias de desenvolvimento e cerca de 80 milhões vivem no continente Africano.

Neste contexto, Cabo Verde, apesar de não apresentar os condicionalismos das guerras e catástrofes que no mundo inteiro conduzem ao aumento da população portadora de deficiência, tem-se constatado que o aparecimento cada vez mais e em maior número de pessoas portadoras de deficiência, tem merecido especial atenção por parte dos sucessivos governos, principalmente na promoção de medidas eficazes de prevenção das deficiências e na sua reabilitação, com vista a proporcionar ao indivíduo a mais ampla participação na vida social e económica do país. Mas ainda, apesar de se reconhecer os merecidos esforços feitos neste sentido, a sua situação não é diferente daquela que se verifica nos restantes países em vias de desenvolvimento.

É, neste quadro, e com o intuito de dar algum contributo e pistas para esta problemática e atendendo ao grau de participação que hoje se atribui aos deficientes no desenvolvimento económico e social dos países, que o Instituto Nacional de Estatística, na sua política de recolha de dados, introduziu no âmbito do RGPH 2000, questões que nos permitissem caracterizar demograficamente esta camada e sua implicação sócio-económica, atingindo assim os grandes objectivos traçados para esta pesquisa de análise:

- Obter dados fiáveis que reflectem a realidade do país, concernentes aos diversos tipos de deficiência mais comuns com que lidamos no nosso quotidiano.
- Caracterizar essa camada populacional segundo as diversas variáveis tais como nível de instrução, meio de residência, meio de vida e nível de conforto.
- Sensibilizar e consciencializar a população, dos constrangimentos sociais e económicos que os deficientes enfrentam e diminuir a sua marginalização.

Desta forma, permitindo também a satisfação do grande objectivo proposto no plano da Política Nacional da População sobre as pessoas portadoras de deficiência.

O grande interesse e importância deste tema reside ainda no facto de este ser o primeiro estudo aprofundado, realizado no âmbito dum censo sobre a população, o que, se por um lado vai-nos permitir falar com mais propriedade dos portadores de deficiência em Cabo Verde, por outro, permitirá ao Governo definir uma Política Nacional para a população com deficiência e traçar estratégias para implementação de projectos quer por parte das associações representativas das pessoas com deficiência ou por outras da sociedade civil, visando assim a participação efectiva das pessoas portadoras de deficiência no desenvolvimento económico e social do país.

Esperamos assim, que o presente trabalho seja um contributo valioso para o Programa de Acção do Governo e das Associações com vista à plena participação das pessoas com deficiência, uma vez

que se quer oferecer aos portadores de deficiência, no quadro das normas sobre Igualdade de Oportunidades, os mesmos direitos do cidadão comum..

É neste contexto de preocupação e consciencialização que deixamos em aberto e para reflexão de todos a célebre frase de *John Kennedy*: ***“Admito que o deficiente seja vítima do destino, mas não posso admitir que seja vítima da nossa indiferença.”***

Assim, este documento, que pretende fazer uma análise dos dados do recenseamento relativos à população portadora de deficiência, estrutura-se em 6 capítulos a seguir:

O primeiro é destinado ao contexto e aspectos metodológicos. Neste faz-se uma abordagem contextual do tema “População Portadora de Deficiência” tanto a nível institucional como a nível social; a sua importância e interesse, enfatizando o seu enquadramento nos grandes objectivos propostos para Cabo Verde. O mesmo aborda a metodologia de recolha, salientando, a avaliação da qualidade dos dados, na vertente qualitativa e quantitativa, destacando ainda algumas limitações ou barreiras com que se defronta ao analisar este importante fenómeno demográfico.

No segundo capítulo, destaca-se o volume e a importância relativa da população portadora de deficiência o que nos permitirá saber em que proporção a população caboverdiana está afectada pela deficiência.

O terceiro capítulo será consagrado à análise da população deficiente segundo os vários tipos de deficiência.

O quarto capítulo destina-se a analisar as características sócio-demográficas e familiares na população portadora de deficiência.

O capítulo quinto destina-se a analisar a situação dos portadores de deficiência relativamente à frequência escolar, escolarização, nível de instrução e analfabetismo segundo o sexo, meio de residência, por ilhas e concelhos, assim como por grupos etários e em alguns casos segundo o tipo de deficiência.

O sexto e último capítulo, analisa a situação da população portadora de deficiência perante o emprego, desemprego e população inactiva.

Faz parte ainda do presente capítulo o estudo sobre a condição de vida, ou seja o principal meio de subsistência e o nível de conforto dessa camada populacional.

CAPITULO I – CONTEXTO DE ESTUDO E CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

1- Contexto

1.1- Contexto Sócio – económico

Após a década 1983-1992, declarada pelas Nações Unidas como sendo dedicada à população portadora de deficiência, foram aprovadas as Normas das Nações Unidas sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas Portadoras de Deficiência, documento esse que foi ratificado por Cabo Verde e que tem por objectivo promover medidas eficazes para a prevenção da deficiência, a sua reabilitação e a plena participação em igualdade de oportunidades na vida social e económica do país.

É nesse âmbito que surgem no país várias instituições governamentais e não governamentais que vem desenvolvendo diversas actividades de informação e sensibilização da sociedade em geral, assim como de reabilitação com o objectivo de promover a autonomia e a integração social desta tão vulnerável camada social.

Apesar disso, a população com deficiência encontra-se muito aquém de conseguir atingir esses tão preconizados objectivos, grande parte deles não tem acesso à educação devido a barreiras físicas e sociais, assim como pela falta de recursos humanos e materiais que permitam ao portador de deficiência aproveitar o percurso estudo/aprendizagem. O resultado dessa situação é o analfabetismo, o reduzido grau de escolaridade ou a ausência de formação profissional, reinante no seio da população deficiente.

O desemprego é um fenómeno sério que os afecta em larga escala, pois uma grande proporção deles não tem um emprego e quando este existe é mal remunerado, problema esse derivado do baixo nível de escolaridade, sobretudo nas zonas urbanas onde existe uma grande concorrência na procura do emprego, passando forçosamente a fazerem parte dos inactivos e dependentes do auxilio pecuniário do Estado, do apoio alimentar ou da mendicidade.

A nível da saúde, o atendimento e as respostas dadas aos portadores de deficiência são limitadas resultante da falta de recursos do país.

Um outro grave problema pelo qual os deficientes passam é a falta de dispositivos de compensação (cadeiras de rodas, muletas, próteses auditivas, bengalas, etc.), que acaba por ser também um entrave à sua integração social.

Nota-se, ainda, que a sociedade marginaliza e exclui o portador de deficiência na tomada de decisões e na participação plena das actividades do sistema sócio-político, económico e cultural onde vivem, causando em muitos deles problemas psicológicos e sociais, assim como ficam excluídos de participar activamente na sociedade devido às inúmeras dificuldades que enfrentam no meio físico envolvente, esbarrando com corredores, portas e desníveis, passando pela via pública onde os acessos são inadequados e difíceis; pelos transportes públicos não adaptados, até alcançarem os edifícios cujos interiores garantem poucas condições de acessibilidade e mobilidade. Entre a população portadora de deficiência, as consequências da deficiência são especialmente mais graves para as crianças, pois para muitas delas ser portadora de deficiência, significa crescer num clima de rejeição e privação de certas experiências que fazem parte do desenvolvimento normal. Existem mesmo situações em que a criança deficiente vive entregue a si própria, se levarmos em conta o não reconhecimento da paternidade ou devido ao trabalho da mãe fora de casa para o sustento da família.

Além da panorâmica relativa à vivência da população com deficiência atrás referida, o problema da deficiência é ainda mais abrangente, pois atinge não somente o próprio deficiente mas também todos aqueles que o rodeiam, neste caso particular, as suas famílias, o que demonstra a amplitude do problema e as suas consequências.

Nesta óptica, torna-se necessário uma maior mobilização de recursos financeiros, humanos e materiais a nível das instituições que desenvolvem actividades a favor dos portadores de deficiência para a implementação dos respectivos planos de acção criando assim condições favoráveis à protecção dos mesmos. Só assim é que a qualidade de vida da população portadora de deficiência será melhorada, isto é, maior acesso à educação, formação profissional, emprego e aumento do nível de rendimento.

1.2- Contexto Político

Desde a Independência de Cabo Verde ocorrida em 1975, a situação da população Portadora de Deficiência tem merecido preocupação dos governantes no que concerne à problemática da identificação, protecção e integração social das pessoas portadoras de deficiência no quadro das exigências da evolução mundial.

Neste âmbito, o Governo, as Associações e ONG's vêm participando em todas as iniciativas internacionais, visando a saúde, reabilitação, educação especial e formação profissional e a desejada Integração dos portadores de deficiência.

Contudo, não obstante as grandes limitações materiais, humanas e infra estruturais de Cabo Verde várias medidas legislativas têm sido tomadas. É o caso da isenção de franquia aduaneira para importação de cadeiras de rodas (Decreto Lei nº 5/79 de 17/1/79 BO nº 4 de 27/1/79).

Ainda, e com o intuito de promover a Integração Social e a Autonomia do Deficiente com base na participação da comunidade e da própria família, foi criado em 1990, através da Assinatura de um Acordo entre o Governo de Cabo Verde e a Radda Barnen (Organização Sueca), o Programa Nacional de Reabilitação com Base Comunitária (RBC) destinado à reabilitação de crianças e jovens deficientes entre os 0 e os 18 anos de idade.

Sendo a Educação da criança com deficiência também uma preocupação, em 20/12/1990 é criada a Lei n.º 103/III/90 que estabelece os princípios da Educação Especial em Cabo Verde (art.º 36º) e prevê que as crianças e jovens portadores de deficiências físicas ou mentais devem beneficiar de cuidados educativos adequados, cabendo ao Estado a responsabilidade de assegurar gradualmente os meios educativos necessários e a de apoiar iniciativas autárquicas e particulares conducentes ao mesmo fim, visando permitir a sua recuperação e integração sócio - educativa.

Os Direitos do portador de deficiência estão também salvaguardados na Constituição da República no seu artigo 75, e que diz o seguinte:

Os portadores de deficiência têm direito a especial protecção da família, da sociedade e do Estado, que lhes deverão garantir prioridade no atendimento dos serviços públicos e privados, especial tratamento e cuidados, bem como as condições necessárias para evitar a sua marginalização.

Em 6/7/1993 foi criado o Decreto Lei n.º 38/93 que estabelece a isenção de franquia aduaneira para objectos especialmente concebidos para facilitar a educação, o emprego e a promoção das pessoas mentalmente diminuídas.

Visando a prossecução e integração de políticas de habitação, reabilitação e integração social dos deficientes, o Governo cria o Conselho Nacional da Condição do Deficiente (CNCD) através do Decreto Lei n.º 66/94, de 28/11/94, sendo este um órgão pluridisciplinar que funciona junto do membro do Governo responsável pela área de Promoção Social.

Através do Decreto Lei n.º 2/95, de 1995, que define o esquema Mínimo de Protecção Social, é atribuído um subsídio mensal de 1300\$00 escudos aos portadores de deficiência.

A par destas medidas legislativas, nos últimos anos, a sociedade civil começou a mobilizar-se e organizar-se através de Associações, que junto do Governo e de todos os parceiros nacionais e internacionais promovem acções mais vigorosas a favor dos portadores de deficiência; é assim que, em 1993, surge a Associação dos Deficientes Visuais (ADEVIC), em 1994 a Associação Caboverdiana dos Deficientes (ACD) e em 1997 surge a Associação de Apoio à Integração e Desenvolvimento da Criança com Deficiência (AADICD).

Com vista a apoiar as actividades dessas Associações representativas dos portadores de deficiência, em 1996 o Governo cria o Decreto Lei Nº 1/V/96, o qual estabelece um subsídio anual de 3000.000\$00 escudos.

Em Junho de 2000 é criada a Lei de Bases da Prevenção, Reabilitação e Integração de Pessoas Portadoras de Deficiência, Lei Nº 122/V/2000 com o objectivo de assegurar às pessoas portadoras de deficiência, igualdade de direitos e oportunidades e uma participação plena na vida activa.

Constata-se, assim, grande evolução nas medidas tomadas ao longo dos últimos anos, resultante da grande preocupação dos Governos e Associações em melhorar as condições de vida do portador de deficiência de modo a procurar vê-los na perspectiva da Igualdade de Oportunidades.

2 – Aspectos Metodológicos

2.1 – Conceitos e Definições

Conceitos

Dos três conceitos abaixo indicados, segundo a Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens da Organização Mundial da Saúde (OMS), foi retido para a nossa análise somente o conceito de deficiência, assim:

- **Deficiência:** Representa qualquer perda ou alteração grave de uma estrutura ou de uma função psicológica, fisiológica ou anatómica.
- **Incapacidade:** É qualquer restrição ou falta (resultante de uma deficiência) da capacidade para realizar uma actividade dentro dos moldes e limites considerados normais para um ser humano.
- **Desvantagem: (Handicap)** É a condição social de prejuízo sofrido por um dado indivíduo, resultante de uma deficiência ou de uma incapacidade que limita ou impede o desempenho de uma actividade considerada normal em atenção a idade, o sexo e os factores sócio – culturais.

Definições

Tipos de Deficiência

Para a análise dos vários tipos de deficiência a serem abordados neste documento, serão tidas em conta as definições do Secretariado Nacional de Reabilitação de Portugal não fugindo à classificação da Organização Mundial da Saúde (OMS).

A - Deficiência Motora:

■ Deficiências nos membros superiores e/ou inferiores.

1 - Paralisia lado esquerdo/direito - Paralisia de uma metade do corpo.

2 - Paralisia membros superiores/inferiores - Paralisia do tronco ou dos membros inferiores

3 - Paralisia total - Paralisia dos membros superiores e inferiores

■ **Paralisia Cerebral**

Estado deficitário neurológico onde, além do déficit motor (de qualquer género) existe déficit psico-intelectual na pessoa (incapacidade para a linguagem, audição, visão, coordenação) e interpretação do meio que o rodeia.

B – Outra Deficiência

- Cego total
- Cego parcial
- Surdo parcial
- surdo total
- Mudo

C - Deficiência Mental

Os deficientes mentais apresentam limitações no seu desenvolvimento devido à redução das capacidades que contribuem para o nível global da inteligência isto é, habilidades cognitivas, linguísticas, motoras e sociais manifestadas durante o período de desenvolvimento.

D - Outras Deficiências Motoras (hidrocefalia, mongolismo, sequelas de pólio)

E – Deficiência Múltipla: É a combinação de uma deficiência motora com uma outra do tipo outra deficiência.

Devido a multiplicidade das deficiências existentes e a sua complexidade, os vários tipos de deficiência foram reagrupados, para efeitos de análise, da seguinte forma:

Deficiência Motora:

Este grupo comporta a paralisia cerebral, paralisia total, paralisia membro superior/inferior, paralisia do lado esquerdo/direito, outras motoras e múltipla motora.

Outra Deficiência:

Neste grupo estão inseridas a deficiência mental, cego total, cego parcial, surdo parcial, surdo total, mudo e múltipla outra.

Deficiência Múltipla:

Neste grupo estão inseridos os portadores de uma deficiência motora combinada com outra do grupo outras deficiências.

2.2 Recolha de dados

A técnica de recolha de informação sobre a população portadora de deficiência, aquando do Recenseamento Geral de População e Habitação 2000, consistiu em perguntar a todas as pessoas recenseadas se tinham alguma deficiência, (P11 do questionário).

Esta situação foi um tanto quanto delicada porque nem todas as pessoas encaram a deficiência de forma normal, por isso os agentes recenseadores foram instruídos no sentido de procurarem fazer esta pergunta com muita delicadeza para evitar constrangimentos nas pessoas inquiridas.

No caso em que uma pessoa declarasse que tinha mais de uma deficiência assinalaram-se as duas deficiências. Esta pergunta dividiu-se em dois grupos: deficiências motoras e outras deficiências, ambas compostas por um certo número de modalidades, acima referidas.

2.3 Vantagens e limitações

A pergunta P11 permitiu-nos contabilizar os deficientes existentes no país e cruzando-a com as outras perguntas do questionário do RGPH 2000 fizemos a caracterização sócio - económica e demográfica dos mesmos.

Os tipos, Paralisia lado esquerdo/direito, Paralisia membro superior/inferior, não nos permite saber verdadeiramente o número existente de pessoas portadoras de cada uma dessas deficiências.

É de salientar que a comparação (1990-2000) do fenómeno da deficiência não foi feita neste trabalho porque a metodologia e os tipos de deficiência não foram tratados da mesma maneira nos dois recenseamentos. Por isso muito difícil seria fazer essa comparação, e poderia pôr em causa os próprios resultados.

2.4 Qualidade de dados

Como anteriormente anunciado, a pergunta que permitiu fazer toda esta análise é a pergunta P11 “tem alguma deficiência”, que foi cindida em duas partes, deficiência motora e outra deficiência. As percentagens de não respostas, NR, para as duas categorias foi respectivamente de 0.5% e 0.8%. As não respostas, 2107 para a deficiência motora e 3530 para a outra deficiência foram imputadas na modalidade não tem deficiência.

Deficiência	Dados Brutos		Dados Apurados		Diferença	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	431775	100	431989	100		
Não tem	421495	97,6	423816	98,1	-2321	-0,5
Deficiência motora	7183	1,7	7183	1,7	0	0,0
Deficiência múltipla	990	0,2	990	0,2	0	0,0
NR	2107	0,5				

Deficiência	Dados Brutos		Dados Apurados		Diferença	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	431895	100	431989	100		
Não tem	421480	97,6	425224	98,4	-3744	-0,8
Outra Deficiência	5775	1,3	5775	1,3	0	0,0
Deficiência múltipla	990	0,2	990	0,2	0	0,0
NR	3650	0,8				

Pode-se confirmar que os dados sobre a população portadora de deficiência estão coerentes, pois foram apurados exactamente o número de indivíduos que declararam ter alguma deficiência.

Valores imputados " deficiência motora"	Número de importação	
	Efectivo	%
Total	68	0.016
2	38	0.009
3	8	0.002
>16	22	0.005

Valores imputados "outra deficiência"	Número de importação	
	Efectivo	%
Total	43	0.01
2	3	0.0007
3	2	0.0005
9	8	0.002
17	29	0.007
>32	1	0.0002

Os dois quadros acima mostram-nos que os valores imputados nas duas categorias de deficiência são ínfimos, pois temos no total da deficiência motora 0.016% e 0.01% para o total de outra deficiência. Concluiu-se que os dados são de boa qualidade.

Para o efeito dos cálculos não se levou em conta as não respostas, NR, referentes às idades.

2.5 Nível de análise

Foi considerado nesta análise os seguintes níveis de desagregação:

- Divisão administrativa – Ilha e concelho
- Meio de residência – Urbano /Rural

CAPITULO II – Volume e importância relativa do fenómeno da deficiência

Este primeiro capítulo reveste-se de capital importância, pois é através da sua análise que será possível ver como o fenómeno da deficiência incide no nosso país e qual é a sua real dimensão em Cabo Verde.

Dessa forma, o fenómeno da deficiência será analisado a nível nacional segundo o meio de residência, por sexo, por ilhas e concelhos e por grupos etários.

Assim, os dados resultantes dessa análise nos proporcionará informações que nos permitirá saber em que proporção a deficiência incide no meio urbano e rural, entre a camada masculina e feminina, nas ilhas e concelhos, assim como por grupos etários, a fim de saber se a deficiência incide mais na infância ou na idade adulta.

1- Nível nacional e meio de residência por sexo

Quadro III: Efectivo e percentagem da população portadora de deficiência segundo o sexo por meio de residência

Meio de residência	Pop. Com deficiência		Sexo			
			Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Cabo Verde	13948	3,2	6955	3,3	6993	3,1
Urbano	6311	2,7	3113	2,8	3198	2,7
Rural	7637	3,8	3842	4,0	3795	3,6

O Quadro II.1 permite-nos concluir que o IIIº Recenseamento Geral da População e Habitação 2000 registou uma população portadora de deficiência de 13.948 efectivos, representando uma incidência da deficiência de 3,2 % a nível nacional.

Verificamos ainda que do total dessa camada populacional, 6.955 efectivos (49,9 %) são homens e 6.993, (50,1%), são mulheres, cuja incidência a nível nacional corresponde a 3,3 % e 3,1 % respectivamente.

A maior parte da população deficiente está concentrada no meio rural 54,8 % contra 45,8 % do meio urbano, valores esses que correspondem a uma incidência de 3,8 % no meio rural e de 2,7 % no meio urbano.

2- Variação regional

De acordo com o total de efectivos por ilha, constatamos que na maioria delas, a incidência da deficiência apresenta proporções acima da média nacional, sendo, nas ilhas de Santo Antão e Maio onde se verifica a maior incidência da deficiência do país, 4,9 % e 4,0 % respectivamente.

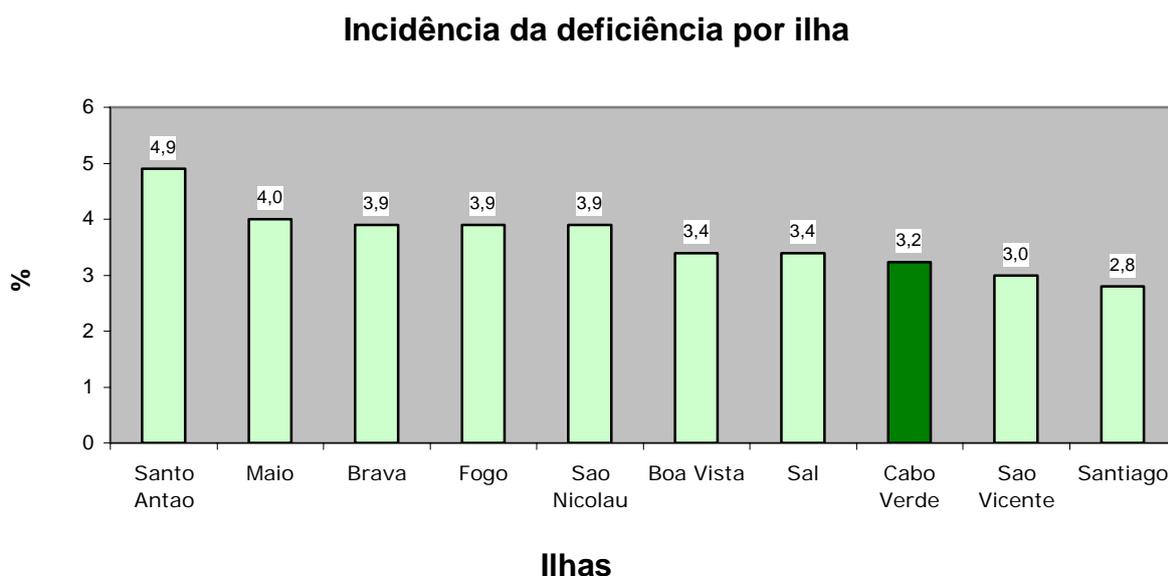
(Ver quadro II.2 e gráfico II.1).

Por outro lado, encontramos as ilhas de Santiago e São Vicente, que ocupando o 1º e 3º lugar em termos de volume de efectivos, a incidência da deficiência encontra-se abaixo da média nacional, 3,0 % e 2,8 % respectivamente.

Quadro II.2: Efectivo e percentagem da população portadora de deficiência segundo o sexo por ilha de residência

Ilha de residência	Pop. com deficiência		Sexo			
			Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Cabo verde	13948	3,2	6955	3,1	6993	3,3
Santo Antão	2293	4,9	1061	4,7	1232	5,1
São Vicente	2022	3,0	1009	3,0	1013	3,1
São Nicolau	534	3,9	258	3,8	276	4,1
Sal	499	3,4	267	3,9	232	3,0
Boa Vista	143	3,4	76	3,4	67	3,4
Maio	268	4,0	131	4,2	137	3,8
Santiago	6471	2,8	3139	2,9	3332	2,7
Fogo	1456	3,9	728	4,1	728	3,7
Brava	262	3,9	128	3,8	134	3,9

Gráfico III



Podemos concluir, também, que a deficiência incide em maior proporção, (5,1 %) na camada feminina da ilha de Santo Antão, essa mesma situação é verificada nas ilhas de São Nicolau, São Vicente e Brava. Nas restantes ilhas a deficiência incide mais sobre a população do sexo masculino, excepto Boa Vista onde a incidência da deficiência é igual para os dois sexos.

Analisando detalhadamente o fenómeno da deficiência por concelhos, concluímos que entre os concelhos da Ilha de Santo Antão, a incidência da deficiência não difere muito de um para outro, situando-se entre os 4,9 % e 4,8 %, (ver quadro II.3 e gráfico II.2).

Já em relação aos concelhos da ilha de Santiago as proporções diferem significativamente de um para outro concelho, sendo a incidência da deficiência na ilha de 2,8 % e encontramos concelhos em que as proporções ultrapassam essa média como é o caso de São Miguel onde a deficiência incide em 4,8 %, assim como nos concelhos de Tarrafal, São Domingos, e Santa Catarina. Nos concelhos da Praia e Santa Cruz, a deficiência incide em menos proporção, 2,3 % e 2,5 % respectivamente.

Na ilha do Fogo as proporções variam também entre os dois concelhos, sendo no concelho dos Mosteiros onde a deficiência incide em maior proporção, 4.8 % contra 3,6 % em São Felipe.

Quadro II3: Efectivo e percentagem da população portadora de deficiência segundo o sexo por Concelho de residência

Concelho de residência	Pop. com deficiência		Sexo			
			Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	13948	3,2	6955	3,3	6993	3,1
Ribeira Grande	1052	4,9	557	5,0	495	4,7
Paul	403	4,8	229	5,0	174	4,5
Porto Novo	838	4,9	446	5,1	392	4,7
São Vicente	2022	3,0	1013	3,1	1009	3,0
São Nicolau	534	3,9	276	4,1	258	3,8
Sal	499	3,4	232	3,0	267	3,9
Boa Vista	143	3,4	76	3,4	67	3,4
Maio	268	4,0	131	4,2	137	3,8
Tarrafal	599	3,4	290	3,7	309	3,1
Santa Catarina	1430	2,9	699	3,1	731	2,7
Santa Cruz	831	2,5	435	2,8	396	2,3
Praia	2375	2,3	1149	2,3	1226	2,2
São Domingos	466	3,5	205	3,2	261	3,8
São Miguel	770	4,8	361	5,1	409	4,5
Mosteiros	455	4,8	234	5,2	221	4,5
São Filipe	1001	3,6	494	3,7	507	3,5
Brava	262	3,9	128	3,8	134	3,9

Gráfico II.2



2- Estrutura por grupos etários

A ilustração fornecida pelo gráfico II.3 (fonte quadro II.4) permite-nos obter uma percepção global ao longo dos vários escalões etários sobre a incidência da deficiência, sendo clara uma tendência crescente com a idade, em ambos os sexos e, em particular a partir dos 5-9 anos.

Se entrarmos em detalhes, verificaremos que, na camada masculina existe um facto bastante curioso, pois a incidência é um fenómeno com uma certa regularidade obedecendo a dois momentos distintos (um constante e um outro crescente).

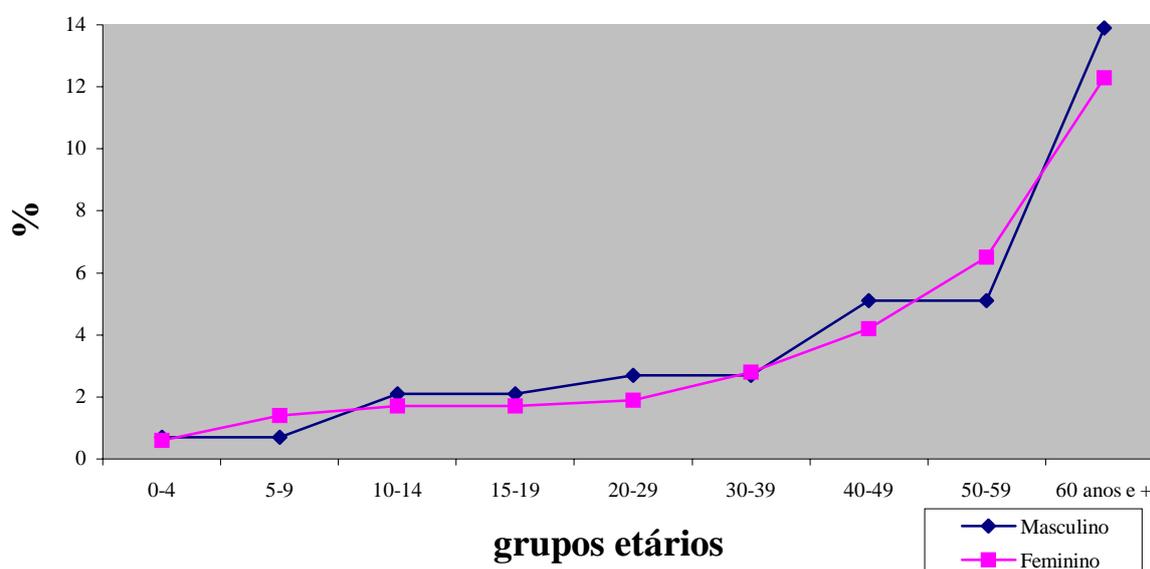
Em relação à camada feminina, verifica-se um aumento ligeiramente brusco da incidência até os 9 anos, a partir daí, continua a aumentar, mas de forma lenta até os 29 anos e novamente deparamos com a tendência de aumento de forma mais acentuada a partir dos 30 até os 60 anos e mais.

Quadro II.4: Efectivo e percentagem da população portadora de deficiência segundo o sexo por grupo etário

Grupos etários	Cabo Verde					
	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	13897	3,2	6935	3,3	6962	3,1
0-4	375	0,7	200	0,7	175	0,6
5-9	996	1,6	537	0,7	459	1,4
10-14	1192	1,9	646	2,1	546	1,7
15-19	947	1,9	538	2,1	409	1,7
20-29	1488	2,3	863	2,7	625	1,9
30-39	1711	3,2	936	2,7	775	2,8
40-49	1464	4,6	692	5,1	772	4,2
50-59	900	7,0	396	5,1	504	6,5
60 anos e +	4824	13,0	2127	13,9	2697	12,3

Gráfico II.3

Incidência da deficiência por grupos etários e sexo



O gráfico II.4 (fonte Quadro II.5) ilustra em que proporção a deficiência incide no meio rural e urbano pelos diferentes grupos etários.

A primeira constatação que se impõe é que a incidência da deficiência cresce exponencialmente com a idade com maior peso no meio rural em todas as idades.

Em segundo lugar destacamos que até os 9 anos a deficiência incide em igual proporção nos dois meios e é a partir dessa idade que no meio rural se verifica um aumento mais acentuado da incidência.

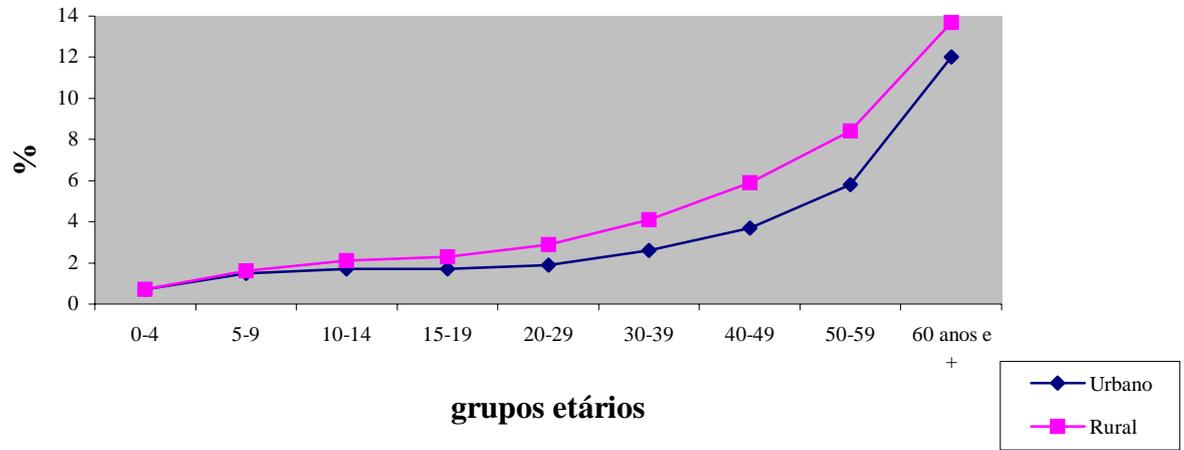
Constatamos, também, que tanto no meio urbano como rural, a partir dos 30-39 anos a incidência da deficiência encontra-se acima da média chegando a atingir uma diferença de mais de 9 pontos percentuais e quando se chega a idade dos 60 e mais anos alcança uma diferença de cerca de 10 %.

Quadro II.5: Efectivo e percentagem da população portadora de deficiência segundo o meio de residência e sexo por grupo etário

Grupo etário	Urbano						Rural					
	Total		Masculino		Feminino		Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%										
Total	6287	2,7	3105	2,8	3182	2,7	7610	3,8	3830	4,0	3780	3,6
0-4	180	0,7	99	0,7	81	0,6	195	0,7	101	0,7	94	0,7
5-9	470	1,5	248	1,6	222	1,4	526	1,6	289	1,8	237	1,4
10-14	549	1,7	293	1,8	256	1,6	643	2,1	353	2,3	290	1,9
15-19	459	1,7	247	1,8	212	1,5	488	2,3	291	2,6	197	1,9
20-29	764	1,9	451	2,3	313	1,6	724	2,9	412	3,3	312	2,5
30-39	832	2,6	455	2,9	377	2,3	879	4,1	481	5,0	398	3,4
40-49	676	3,7	332	3,9	344	3,5	788	5,9	360	7,4	428	5,1
50-59	406	5,8	204	6,7	202	5,1	494	8,4	192	9,2	302	7,9
60 anos e +	1951	12,0	776	12,3	1175	11,9	2873	13,7	1351	15,1	1522	12,7

Gráfico II.4

Incidência da deficiência por meio de residência e grupos etários



CAPITULO III – Caracterização da população portadora de deficiência por tipo de deficiência

Este capítulo reveste-se de capital importância, pois, para a implementação de projectos visando a reabilitação ou integração dos portadores de deficiência é necessário o conhecimento aprofundado dessa camada populacional.

Como o próprio nome indica, com este capítulo pretendemos caracterizar a população portadora de deficiência para o qual será tida em conta a classificação internacional das deficiências da OMS.

Assim, foram incluídas na nossa análise as deficiências motoras, psíquicas, sensoriais e múltiplas.

O grupo das **Deficiências Motoras** engloba a Paralisia Cerebral, paralisia total, paralisia dos membros superiores e/ou inferiores, Paralisia do lado esquerdo/direito, outras motoras e múltipla motora.

No grupo de **Outras Deficiências** foram incluídas as deficiências sensoriais (visual, auditiva e da fala), para além da deficiência mental.

O grupo da **Deficiência Múltipla** refere-se a uma combinação da deficiência motora com outra deficiência.

Dessa forma procuraremos analisar a população com deficiência o que nos permitirá verificar qual é a deficiência que mais afecta a nossa população.

Os tipos de deficiência serão analisados segundo o sexo, o meio de residência, ilhas e concelhos e por grupos etários.

1- Nível nacional

De uma forma mais detalhada (Quadro e Gráfico III.1) verifica-se que a deficiência motora¹ afecta mais de metade do total dos portadores de deficiência com 51.5%. As deficiências não motoras (Outras Deficiências²) afectam cerca de 41.4% da população portadora de deficiência, correspondendo os restantes 7.1% às deficiências múltiplas³.

Como dito anteriormente, a deficiência motora é o tipo de deficiência que mais afecta a nossa população, sendo entre os dois sexos, os homens que estão mais afectados por esta deficiência do que as mulheres, com 52.5% contra 50.5% respectivamente.

Quadro III1: Repartição da população portadora de deficiência segundo o tipo de deficiência por sexo

Tipo de Deficiência	Total		Sexo			
			Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	13948	100	6955	100	6993	100
Deficiência motora	7183	51,5	3649	52,5	3534	50,5
Outra deficiência	5775	41,4	2820	40,5	2955	42,3
Deficiência múltipla	990	7,1	486	7,0	504	7,2

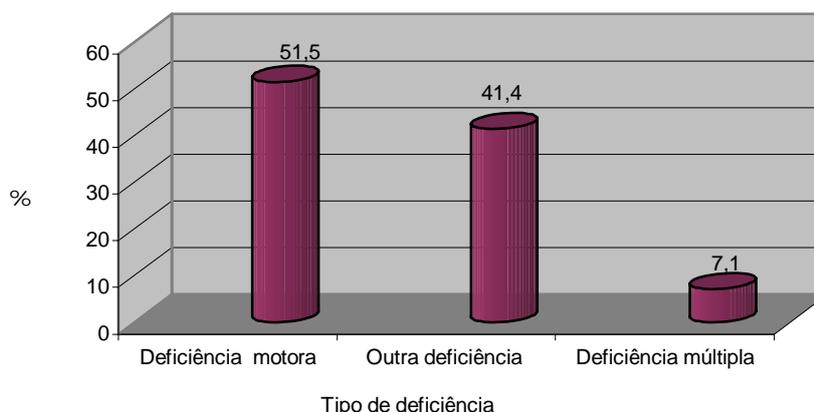
Gráfico III.1

¹ Paralisia cerebral, total, membro inferior/superior, lado esquerdo/direito, outras deficiências motoras e múltipla motora.

² Mental, cego total ou parcial, surdo parcial ou total, mudo, múltipla outra.

³ Combinação da deficiência motora e outra deficiência.

População portadora de deficiência por tipo de deficiência



Em segundo lugar encontra-se a população portadora de “Outras Deficiências” com 41.4%, também bastante significativa, em que, ao contrário do que se verificou anteriormente, as mulheres são mais afectadas por esta deficiência 42.3% contra 40.5%.

Por último temos a população com deficiência múltipla, 7.1%, dividida quase que equitativamente entre os dois sexos, 7.2% para as mulheres e 7.0% para os homens.

2- Meio de residência

A primeira constatação verificada no Quadro III.2 é que a **Deficiência Motora** afecta em maior proporção tanto a população do meio urbano como rural, entretanto no meio urbano afecta mais da metade dessa população (53,4 %), enquanto que no meio rural não chega a atingir os 50 %.

Quando analisámos a população portadora de “**Outra Deficiência**” e de **Deficiência Múltipla**, constatamos que os valores mais elevados de afectação correspondem ao meio rural e de maneira mais particularizada verificamos que o grupo “**Outras Deficiências**” chega a afectar em mais de 40 % e já a **Deficiência Múltipla** afecta em cerca de 8%.

Quadro III.2: Repartição da população portadora de deficiência segundo o tipo de deficiência por meio de residência e sexo

Tipo de deficiência	Meio de residência / sexo											
	Urbano						Rural					
	Total		Masculino		Feminino		Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Pop. Deficiente	6311	100	3113	100	3198	100	7637	100	3842	100	3795	100
Deficiência motora	3369	53,4	1722	55,3	1647	51,5	3814	49,9	1927	50,2	1887	49,7
Deficiência outra	2547	40,4	1203	38,6	1344	42,0	3228	42,3	1617	42,1	1611	42,5
Deficiência múltipla	395	6,3	188	6,0	207	6,5	595	7,8	298	7,8	297	7,8

Relativamente ao grau de afectação segundo o sexo, os dados revelam que tanto no meio urbano como rural, os homens são mais afectados do que as mulheres pela **Deficiência Motora** e já em relação ao tipo **Outras Deficiências** a situação inverte-se, sendo aqui as mulheres as mais afectadas a pesar de que no meio rural a diferença das proporções entre os dois sexos ser pouco significativa. Por outro lado, a **Deficiência Múltipla** afecta em menor proporção a nível nacional e afecta mais as mulheres do meio urbano e no meio rural afecta em igual proporção os dois sexos.

Em relação ao total de efectivos de cada ilha, os com deficiência motora têm maior peso na ilha de Boa Vista onde a maioria dos seus deficientes (67,8 %) são portadores dessa deficiência, essa mesma situação é detectada na ilha do Fogo (59,1 %) e Santiago (52,5 %), cujas proporções encontra-se acima da média nacional.

Segundo o tipo Outra deficiência, a ilha do Maio caracteriza-se por ter mais portadores desse tipo (58,2 %), assim como a Ilha da Brava (49,6 %).

A deficiência múltipla é em todas as ilhas a que apresenta os valores mais baixos de afectação do país, entretanto nas ilhas de Santo Antão e Sal encontramos as proporções mais elevadas e acima da média nacional, 9,0 % e 8,8 % respectivamente.

Quadro III3: Repartição da população portadora de deficiência segundo o tipo de deficiência por ilha de residência

Ilha de residência	População portadora de deficiência		Tipo de deficiência					
			Deficiência motora		Outra deficiência		Deficiência múltipla	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	13948	100	7183	51,5	5775	41,4	990	7,1
Santo Antão	2293	100	1124	49,0	962	42,0	207	9,0
S. Vicente	2022	100	995	49,2	885	43,8	142	7,0
S. Nicolau	534	100	265	49,6	240	44,9	29	5,4
Sal	499	100	228	45,7	227	45,5	44	8,8
Boa Vista	143	100	97	67,8	40	28,0	6	4,2
Maio	268	100	100	37,3	156	58,2	12	4,5
Santiago	6471	100	3396	52,5	2640	40,8	435	6,7
Fogo	1456	100	861	59,1	495	34,0	100	6,9
Brava	262	100	117	44,7	130	49,6	15	5,7

Fazendo uma análise mais detalhada dos vários concelhos do país, verificamos que na ilha de Santo Antão, o concelho de Porto Novo caracteriza-se por apresentar uma maior proporção de Deficientes Motores, já no concelho de Paúl a maior percentagem pertence aos portadores de “Outra Deficiência” e no concelho da Ribeira Grande constatamos que existe uma grande percentagem de portadores de Deficiência Múltipla, que entre outras é a mais elevada do país (10,4 %).

Na ilha de Santiago, a população deficiente do concelho da Praia e do Tarrafal caracteriza-se, por ser na sua maioria, portadores de Deficiência Motora, no concelho de Santa Cruz e São Domingos a maior parte dos deficientes são portadores de Outra Deficiência.

Quadro III4: Repartição da população portadora de deficiência segundo o tipo de deficiência por Concelho de residência

Concelho de residência	População portadora de deficiência		Tipo de deficiência					
			Deficiência motora		Outra deficiência		Deficiência múltipla	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	13948	100	7183	51,5	5775	41,4	990	7,1
Ribeira Grande	1052	100	470	44,7	473	45,0	109	10,4
Paul	403	100	183	45,4	188	46,7	32	7,9
Porto Novo	838	100	471	56,2	301	35,9	66	7,9
São Vicente	2022	100	995	49,2	885	43,8	142	7,0
São Nicolau	534	100	265	49,6	240	44,9	29	5,4
Sal	499	100	228	45,7	227	45,5	44	8,8
Boa Vista	143	100	97	67,8	40	28,0	6	4,2
Maio	268	100	100	37,3	156	58,2	12	4,5
Tarrafal	599	100	347	57,9	227	37,9	25	4,2
Santa Catarina	1430	100	706	49,4	602	42,1	122	8,5
Santa Cruz	831	100	356	42,8	422	50,8	53	6,4
Praia	2375	100	1405	59,2	837	35,2	133	5,6
São Domingos	466	100	217	46,6	222	47,6	27	5,8
São Miguel	770	100	365	47,4	330	42,9	75	9,7
Mosteiros	455	100	287	63,1	158	34,7	10	2,2
São Filipe	1001	100	574	57,3	337	33,7	90	9,0
Brava	262	100	117	44,7	130	49,6	15	5,7

Podemos também observar que entre os concelhos da ilha de Santiago, a deficiência múltipla afecta em maior proporção os concelhos de São Miguel e Santa Catarina.

Nos dois concelhos da ilha do Fogo constatamos que a maior parte dos seus deficientes é portadora de deficiência motora afectando em maior proporção o concelho dos Mosteiros. Por outro lado, salientamos o facto de que a deficiência múltipla apresenta uma proporção mais elevada no concelho de São Felipe ultrapassando a média nacional.

3- Estrutura por grupos etários

De acordo com o **Quadro III.5**, a Deficiência Motora afecta em maior proporção na maioria dos diferentes escalões etários, sendo no grupo dos 0-4 anos em que essa deficiência assume uma expressão mais elevada, pois num universo de 100 crianças, 63 estão afectadas por essa deficiência. O grupo das Outras Deficiências afecta em menos proporção, entretanto chega a atingir cerca de 48 % das pessoas, excepto no escalão dos 5-9 anos, em que mais da metade deles é afectada por essa deficiência, (50,1 %).

A Deficiência Múltipla apresenta as proporções mais baixas de afectação a nível nacional atingindo sobretudo as pessoas com 60 anos e mais e às crianças entre os 0 e os 4 anos, 9,3 % e 8,0 % respectivamente.

Em suma, constatamos que as deficiências afectam maioritariamente as crianças entre os 0-9 anos e este facto poderá dever-se ao diagnóstico de um maior numero de casos por influencia do fenómeno detecção precoce das deficiências através dos PMI do país ou a escolarização.

Quadro III5: Repartição da população portadora de deficiência segundo o tipo de deficiência por grupo etário

Grupos etários	População portadora de deficiência		Tipo de deficiência					
			Deficiência motora		Outra deficiência		Deficiência múltipla	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	13897	100	7161	51,5	5750	41,4	986	7,1
0-4	375	100	235	62,7	110	29,3	30	8,0
5-9	996	100	430	43,2	499	50,1	67	6,7
10-14	1192	100	567	47,6	549	46,1	76	6,4
15-19	947	100	516	54,5	371	39,2	60	6,3
20-29	1488	100	804	54,0	601	40,4	83	5,6
30-39	1711	100	906	53,0	710	41,5	95	5,6
40-49	1464	100	829	56,6	554	37,8	81	5,5
50-59	900	100	500	55,6	353	39,2	47	5,2
60 e +	4824	100	2374	49,2	2003	41,5	447	9,3

4- Modalidades do tipo da deficiência

O quadro III.6 permite-nos caracterizar cada grupo de deficiências segundo os vários tipos que o compõem, assim constatamos que no grupo das deficiências motoras, a maior percentagem pertence ao tipo **Outras Motoras** com 66,5 %, afectando em maior parte as mulheres ou seja que por cada 100 deficientes motores, 66 são portadores desse tipo de deficiência e nessa mesma base de relação concluímos que 69 mulheres são afectadas contra 63 homens .

Quadro III6: Repartição da população portadora de deficiência segundo o tipo de deficiência por sexo

Tipo de deficiência	Total		Sexo			
			Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Deficiência motora	7183	100	3649	100	3534	100
Paralisia cerebral	160	2,2	84	2,3	76	2,2
Paralisia total	192	2,7	95	2,6	97	2,7
Paralisia membro superior/inferior	1322	18,4	750	20,6	572	16,2
Paralisia lado esquerdo/direito	644	9,0	344	9,4	300	8,5
Outras	4777	66,5	2331	63,9	2446	69,2
Múltipla motora	88	1,2	45	1,2	43	1,2
Outra deficiência	5775	100	2820	100	2955	100
Mental	1347	23,3	692	24,5	655	22,2
Cego total	385	6,7	164	5,8	221	7,5
Cego parcial	2077	36,0	984	34,9	1093	37,0
Surdo parcial	1246	21,6	635	22,5	611	20,7
Surdo total	127	2,2	64	2,3	63	2,1
Mudo	177	3,1	92	3,3	85	2,9
Múltipla outra	416	7,2	189	6,7	227	7,7
Deficiência Múltipla	990	100	486	100	504	100

Com relação ao grupo **Outra Deficiência**, a deficiência visual parcial aparece como sendo aquela que afecta em maior proporção 36,0 %, onde mais uma vez as mulheres são mais afectadas a pesar de que a diferença é pouco significativa, 35 % na camada masculina e 37 % na camada feminina.

Nesse mesmo grupo encontramos a deficiência mental que afecta em mais de 23 % e a deficiência auditiva parcial com 21,6 % de afectação sendo, nestes dois últimos casos o sexo masculino o mais afectado.

Constatamos que no grupo da **Deficiência motora**, os vários tipos que a compõem afectam mais o meio urbano com excepção do tipo Outras Motora que afecta mais o meio rural, (68,9%) contra 63,8 % no meio urbano. (quadro III.7)

Relativamente ao grupo Outra deficiência, concluímos a deficiência mental e a deficiência visual de forma parcial afecta mais o meio urbano, já em relação aos portadores de deficiência auditiva parcial o meio rural é o que apresenta a percentagem mais elevada de afectação.

Quadro III7: População portadora de deficiência segundo o meio de residência por tipo de deficiência

Tipo de deficiência	Meio de residência					
	Total		Urbano		Rural	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Deficiência motora	7183	100	3369	100	3814	100
Paralisia cerebral	160	2,2	93	2,8	67	1,8
Paralisia total	192	2,7	105	3,1	87	2,3
Paralisia membro superior/inferior	1322	18,4	639	19,0	683	17,9
Paralisia lado esquerdo/direito	644	9,0	337	10,0	307	8,0
Outras	4777	66,5	2151	63,8	2626	68,9
Múltipla motora	88	1,2	44	1,3	44	1,2
Outra deficiência	5775	100	2547	100	3228	100
Mental	1347	23,3	644	25,3	703	21,8
Cego total	385	6,7	189	7,4	196	6,1
Cego parcial	2077	36,0	926	36,4	1151	35,7
Surdo parcial	1246	21,6	488	19,2	758	23,5
Surdo total	127	2,2	40	1,6	87	2,7
Mudo	177	3,1	87	3,4	90	2,8
Múltipla outra	416	7,2	173	6,8	243	7,5
Deficiência Múltipla	990	100	395	100	595	100

CAPITULO IV - Características sócio - demográficas e familiares da população portadora de deficiência

Um dos objectivos da análise do presente capítulo consiste em estabelecer uma relação entre a camada masculina e feminina e assim saber em que proporção cada uma delas está afectada pela deficiência.

Este capítulo pretende também caracterizar a população com deficiência segundo a idade e por sexos.

Um outro objectivo da análise é o de averiguar a situação, por sexos, do estado matrimonial na população portadora de deficiência e comparar essa situação com a tendência que se regista a nível nacional de forma a saber se existem situações ou não que caracterizem de forma particular a população com deficiência e para tal a população alvo para a referida análise serão as pessoas com 12 anos e mais.

A situação matrimonial será analisada também e de forma particular somente com os chefes de agregado que são portadores de deficiência.

Constitui também parte deste capítulo, analisar as relações de parentesco, a tipologia do agregado e o numero de pessoas que vivem no mesmo agregado em que o deficiente vive e tentar também comparar esses dados com o que se verifica a nível nacional.

1- Estrutura por grupos etários e sexo

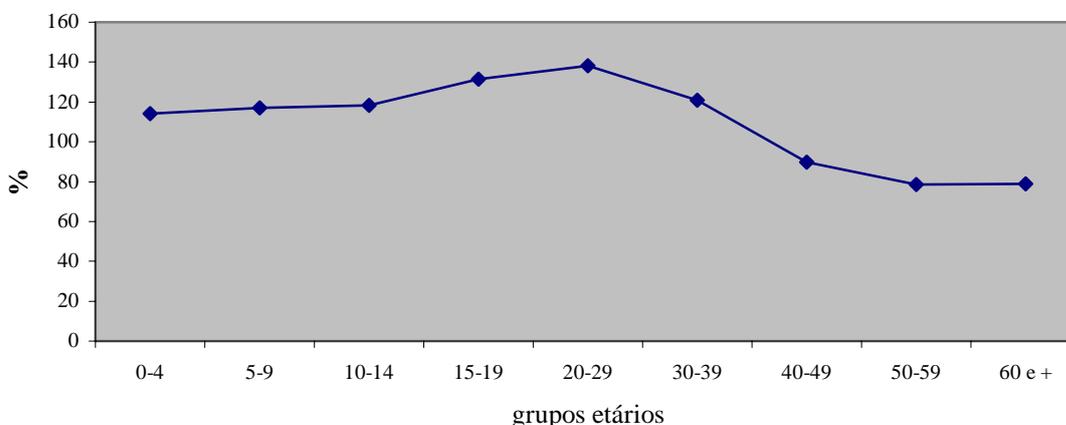
De acordo com o Gráfico IV.1 (fonte Quadro IV.1), constatamos que a relação de masculinidade a nível nacional é de 99%, isto é para cada 100 mulheres deficientes existem 99 homens, o que demonstra que a deficiência afecta quase que equitativamente tanto os homens como as mulheres.

Quadro IV1: Repartição da população portadora de deficiência segundo o grupo etário por sexo

Grupos etários	Total		Sexo				RM
			Masculino		Feminino		
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	
Total	13897	100	6935	100	6962	100	100
0-4	375	2,7	200	2,9	175	2,5	114,0
5-9	996	7,2	537	7,7	459	6,6	117,0
10-14	1192	8,6	646	9,3	546	7,8	118,0
15-19	947	6,8	538	7,8	409	5,9	132,0
20-29	1488	10,7	863	12,4	625	9,0	138,0
30-39	1711	12,3	936	13,5	775	11,1	121,0
40-49	1464	10,5	692	10,0	772	11,1	90,0
50-59	900	6,5	396	5,7	504	7,2	79,0
60 e +	4824	34,7	2127	30,7	2697	38,7	79,0

Gráfico IV.1

Relação de masculinidade por grupos etários



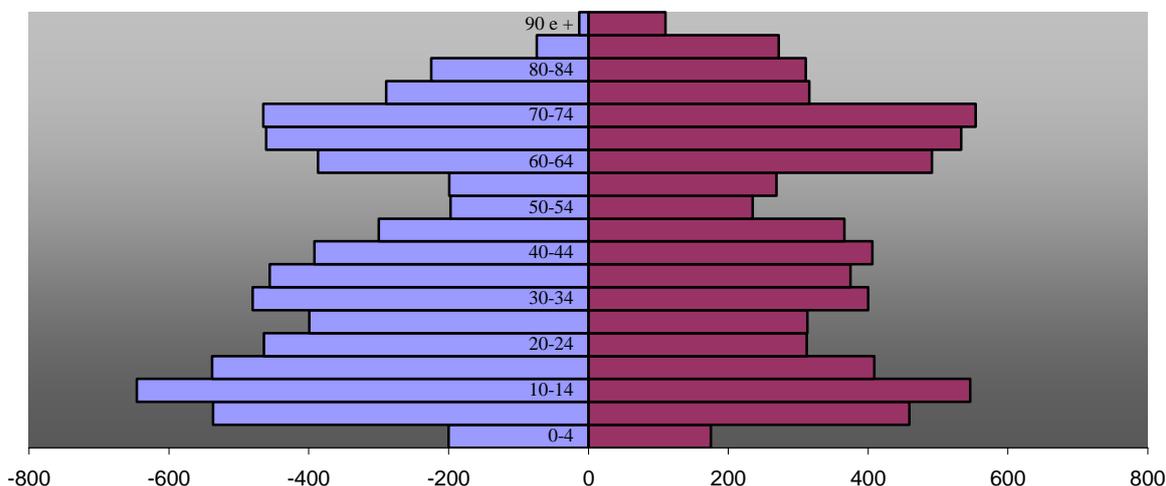
Essa mesma situação analisada por faixas etárias nos indica que nos escalões dos 0 - 4 até os 30-39 anos os índices de masculinidade são mais elevados que a média nacional, ou seja que até essa faixa etária encontramos mais homens portadores de deficiência do que mulheres, sendo a faixa dos 20-29 anos que apresenta o índice mais elevado, (para cada 100 mulheres existem 138 homens deficientes).

Por outro lado o índice mais baixo corresponde à faixa dos 50-59 e 60 e mais anos, onde, para cada 100 mulheres deficientes existem 79 homens.

No universo da população portadora de deficiência constata-se que a idade média é de 44 anos e que exactamente a metade dessa população tem 40 anos e conseqüentemente o resto tem mais de 40 anos.

Gráfico IV.2

Pirâmide de idade da população portadora de deficiência



Da análise detalhada do gráfico IV.2, depreende-se que a distribuição da população portadora de deficiência por grupos etários têm a mesma característica, com uma ligeira supremacia da camada masculina em todas as idades até os 35-39 anos, situação que se inverte a partir deste grupo etário.

Ainda no mesmo gráfico pode-se verificar um crescimento brusco da população com deficiência nos grupos dos 5-9 e 10-14 anos. A partir do escalão etário dos 15-19 anos nota-se uma diminuição ligeira e de forma lenta até os 55-59 anos. Já nos últimos grupos etários, a partir dos 60 anos, constatamos novamente um aumento bastante acentuado dessa camada populacional.

Segundo o sexo verificamos que a proporção de mulheres portadoras de deficiência é menor daquela que se verifica nos homens até a faixa etária dos 35-39 anos, a partir dos 40-44 anos constata-se um ligeiro acréscimo e de forma mais acentuada nas faixas etárias dos 60-64 até os 70-74 anos, a partir daí verifica-se uma nova diminuição da população feminina portadora de deficiência.

2- Situação matrimonial

Foram incluídas para análise da situação matrimonial as pessoas portadoras de deficiência com 12 anos e mais e que na altura do recenseamento correspondiam a um total de 11.906 efectivos, ou seja aproximadamente 85,0 % da população deficiente.

Dessa forma e segundo o quadro em apreço (Quadro IV.2) verificamos que a maior parte (47,1 %) da população com deficiência é solteira, 24,1 % são casados, 15,0 % declararam viver em união de facto.

Se fizermos uma análise comparativa sobre estes dois últimos dados com os dados verificados a nível nacional concluímos que existe uma situação inversa pois se a nível nacional predomina mais a união de facto do que o casamento já entre a população deficiente prevalece mais o casamento como estado civil do que a união de facto.

Em menos proporção encontramos os que declararam serem divorciados, 0,5 % que neste caso é igual a média nacional.

Entre os separados e viúvos a percentagem corresponde a 3,5 % e 9,8 % respectivamente, proporções essas maiores às registadas a nível nacional, (2,5 % e 3,5 % respectivamente) e sobretudo nos que declaram serem viúvos onde encontramos uma diferença acima da média nacional em mais de 6,0 %.

Quadro IV2: Repartição da população de 12 anos e mais portadora de deficiência segundo o estado civil por sexo

Estado civil	População portadora de deficiência					
	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	11906	100,0	5867	100,0	6039	100,0
Solteiro(a)	5612	47,1	2833	48,3	2779	46,0
Casado(a)	2867	24,1	1686	28,7	1181	19,5
União de facto	1787	15,0	960	16,4	827	13,7
Divorciado(a)	56	0,5	25	0,4	31	0,5
Separado(a)	422	3,5	134	2,3	288	4,8
Viúvo(a)	1162	9,8	229	3,9	933	15,5

Fazendo agora uma análise diferenciada por sexos verificamos que a maior proporção de solteiros, casados e em união de facto pertence ao sexo masculino.

Já em relação aos divorciados a proporção é quase idêntica entre os dois sexos, 0,4 % para o sexo masculino e 0,5 % para o sexo feminino, no caso dos separados, esta situação acontece mais nas pessoas do sexo feminino, 4,8% contra 2,3 % do sexo masculino.

Relativamente aos que declaram serem viúvos encontramos valores muito diferentes à aqueles que encontramos a nível nacional, sobretudo na camada do sexo feminino onde encontramos uma diferença de cerca de 10 pontos percentuais acima da média ou seja que se a nível nacional a proporção de mulheres viúvas é de 5,6 %, entre as mulheres deficientes esta proporção equivale a 15,3 %.

Em relação à situação matrimonial dos chefes de família portadores de deficiência o quadro revela primeiramente que temos 5.064 efectivos, chefes de agregado que em termos percentuais significa 42 % da população com 12 anos e mais, sendo 58 % do sexo masculino e 42 % do sexo feminino. (quadro IV3)

Desses efectivos a maior proporção, 34,4 %, pertence aos casados dos quais a maioria são do sexo masculino.

Em segundo lugar encontramos os solteiros com 25,5 % sendo neste caso a maioria do sexo feminino.

Dos que vivem em união de facto encontramos 19,5 % e predomina mais no caso em que o chefe de família é homem,

Quanto aos separados e divorciados verificamos que as proporções são menores sendo no caso dos separados a maior proporção correspondente às mulheres 9,2 % contra 2,8 % no sexo masculino.

Observamos também que a proporção de pessoas com deficiência, chefes do agregado que são viúvas é de 14,0 % e que a proporção correspondente às mulheres difere muito da que se refere aos homens 5,0 % contra 27,4 % de mulheres.

Quadro IV3: Repartição dos chefes de agregado portadores de deficiência segundo o estado civil por sexo

Estado civil	Chefe do agregado portador de deficiência					
	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	5064	100	2959	100	2105	100
Solteiro(a)	1292	25,5	409	13,8	883	41,9
Casado(a)	1744	34,4	1484	50,2	260	12,4
União de facto	990	19,5	821	27,7	169	8,0
Divorciado(a)	39	0,8	17	0,6	22	1,0
Separado(a)	278	5,5	84	2,8	194	9,2
Viúvo(a)	721	14,2	144	4,9	577	27,4

3- Ambiente familiar

Constatamos que 36,7 % da população portadora de deficiência são chefes do agregado em que vivem, por outro lado 60,8 %, dessa população mora com um familiar sendo este um número bastante expressivo e cuja razão para esta situação poderá residir no facto de que grande parte dos portadores de deficiência não são suficientemente autónomos e dependem sobretudo do apoio dos outros para a realização de actividades básicas da vida diária.

Encontramos também 2,5% de pessoas com deficiência que moram com outros membros com os quais não existe nenhum grau de parentesco

Quadro IV4- Distribuição da população portadora de deficiência por relação de parentesco

Relação de parentesco	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	13883	100	6925	100	6958	100
Chefe do Agregado	5096	36,7	2972	42,9	2124	30,5
Membros com parentesco	8437	60,8	3782	54,6	4655	66,9
Membros sem parentesco	350	2,5	171	2,5	179	2,6

O quadro IV5, por ordem decrescente nos revela que as percentagens mais expressivas correspondem a 22,3 %, esse total diz respeito aos homens que pertencem ao tipo de agregado conjugal nuclear, enquanto que as mulheres representam 15,2 %.

Seguindo a mesma lógica encontramos a tipologia “outros agregados conjugais do tipo vertical”, onde 20,8 % de homens e 15,4 % de mulheres pertencem a esse tipo.

Um outro dado que ressalta são os 20,5 % do sexo feminino contra 10,5 % do sexo masculino que pertencem ao tipo, “Outros agregados do tipo vertical não conjugais”.

Quadro IV5- Distribuição da população portadora de deficiência segundo a tipologia do agregado por sexo

Tipologia do agregado	Total		Sexo			
			Feminino		Masculino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	13948	100	6993	100	6955	100
Agregados unipessoais	838	6,0	377	5,4	461	6,6
Agregados monoparentais nucleares	1529	11,0	896	12,8	633	9,1
Outros agregados do tipo vertical não conjugais	2164	15,5	1435	20,5	729	10,5
Agregados não conjugais estritamente colaterais	399	2,9	205	2,9	194	2,8
Agregados não conjugais compósitos	1457	10,4	864	12,4	593	8,5
Agregados conjugais	411	2,9	180	2,6	231	3,3
Agregados conjugais nucleares	2613	18,7	1061	15,2	1552	22,3
Outros agregados conjugais do tipo vertical	2525	18,1	1080	15,4	1445	20,8
Agregados conjugais estritamente colaterais	222	1,6	107	1,5	115	1,7
Agregados conjugais compósitos	1790	12,8	788	11,3	1002	14,4

Segundo os agregados conjugais compostos, 14, 4% são do sexo masculino e 11,3 % do sexo feminino.

Entre os agregados não conjugais compostos, pertencem 12,4 % as mulheres e 8,5 % aos homens. O que podemos concluir deste quadro é que não existe, entre a população portadora de deficiência, nenhuma dessas tipologias que predomine mais do que a outra, as pessoas encontram-se distribuídas quase de forma proporcional por todas as categorias.

Analisando o tamanho do agregado onde vivem os portadores de deficiência constata-se que mais de metade deles, 56,3 %, pertencem a um agregado de 5 a 10 pessoas, 30,9 % moram num agregado de 2 a 4 indivíduos, 6,8 % pertencem ao grupo dos 11 indivíduos e por ultimo 6,0 % pertencem a um único agregado.

Por outro lado são os portadores de deficiência motora e de outras, os que pertencem ao agregado familiar mais numeroso.

Quadro IV6 – Distribuição da população portadora de deficiência segundo o tipo de deficiência por tamanho de agregado onde vivem pessoas portadoras de deficiência

Tipo de Deficiência	Tamanho de agregado									
	Total	%	1 ind.	%	2 a 4 ind.	%	5 a 10 ind	%	11 ind.e +	%
Total	13948	100	838	6,0	4307	30,9	7850	56,3	953	6,8
Deficiência motora	7183	100	386	5,4	2183	30,4	4128	57,5	486	6,8
Outra Deficiência	5775	100	376	6,5	1807	31,3	3197	55,4	395	6,8
Deficiência múltipla	990	100	76	7,7	317	32,0	525	53,0	72	7,3

CAPITULO V - Educação da População portadora de deficiência

Com a análise do presente capítulo pretendemos estudar a situação dos portadores de deficiência relativamente à frequência escolar, escolarização, nível de instrução e analfabetismo segundo o sexo, meio de residência, por ilhas e concelhos, assim como por grupos etários e em alguns casos segundo o tipo de deficiência.

Primeiramente será analisada a variável **Frequência Escolar** que inclui a população com deficiência de 4 anos e mais para o qual serão consideradas três modalidades: Nunca Frequentou, Frequentou, e Está a Frequentar, dados esses que nos permitirão conhecer a estrutura da frequência escolar.

Em segundo lugar será calculada a **Taxa de Escolarização** onde serão inseridas as pessoas com 4 anos e mais que na altura do recenseamento se encontravam a frequentar um estabelecimento de ensino.

Seguidamente será estudada a população portadora de deficiência com 15 anos e mais segundo o **Nível de Instrução** ou seja analisar os vários níveis de instrução atingidos por essa camada populacional.

Por último consideraremos a variável **Analfabetismo** tendo como universo a população portadora de deficiência com 15 anos e mais que não sabe ler e escrever, para esse efeito será calculada a taxa nacional de analfabetismo que persiste no seio dessa camada populacional.

1- Frequência Escolar

Segundo o **Quadro V.1**, no momento do censo 2000, a população portadora de deficiência com 4 anos e mais correspondia a um total de 13.631 efectivos, dos quais 6.790 são homens e 6.841 são mulheres; assim, até o momento do censo, os dados registados sobre a frequência escolar na população deficiente são os seguintes: 42 % nunca frequentaram um estabelecimento de ensino, 43 % já tinham frequentado e 15% estavam a frequentar.

Em relação ao que se verifica a nível nacional constatamos que a média dos que nunca frequentaram a escola é de 17 % o que quer dizer que temos mais 25 % de deficientes, acima da média nacional que nunca foram a escola e no que concerne aos que estavam a frequentar um estabelecimento de ensino a média nacional corresponde a 38 % e na população com deficiência a proporção é de 15 % ou seja que registamos uma diferença de 23 % abaixo da média nacional.

Quadro V1 – Repartição da população de 4 anos e mais portadora de deficiência por sexo segundo a frequência escolar

Escolarização	Cabo Verde		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	13631	100	6790	100	6841	100
Nunca frequentou	5714	41,9	2122	31,3	3592	52,5
Frequentou	5831	42,8	3513	51,7	2318	33,9
Está a frequentar	2086	15,3	1155	17,0	931	13,6

Esses dados nos revelam um cenário mais desfavorável para a população com deficiência apesar dos vários investimentos feitos nessa matéria tanto a nível governamental como das associações, entretanto existem ainda constrangimentos vários que dificultam o acesso das pessoas com deficiência aos estabelecimentos de ensino como é o caso das barreiras arquitectónicas e a falta de recursos humanos e materiais especializados.

Uma análise comparativa por sexos nos indicam que a mulher com deficiência vem sendo a mais desfavorecida, pois existe uma proporção mais elevada de mulheres do que homens que nunca frequentaram uma escola, 52.5 % contra 31 % e por outro lado são elas as que em menos proporção já tinham frequentado (33 % contra 51 %) ou estavam a frequentar (13 % contra 17 %) um estabelecimento escolar no momento de recenseamento.

Fazendo uma leitura global do Gráfico V.I, verificamos que existe uma grande proporção de pessoas que nunca frequentaram ou que já frequentaram um estabelecimento de ensino e uma pequena proporção dos que na altura do recenseamento estavam a frequentar a escola.

De forma detalhada e pormenorizada por grupos de idade no Gráfico V.1 podemos observar que uma grande proporção (cerca de 60 %) de crianças com deficiência entre os 4-5 anos nunca frequentaram os estabelecimentos de ensino, 4,1 % já frequentaram e os restantes 36,8 % estão a frequentar.

Por outro lado é nas faixas etárias dos 6-9 e 10-14 anos que se concentra o maior número de portadores de deficiência que na altura do censo estavam a frequentar a escola, 67 % e 76 % respectivamente; entretanto, não podemos deixar de salientar que ainda se encontravam 24,6 % e 13,4 % de crianças nessa idade que nunca tenham frequentado a escola.

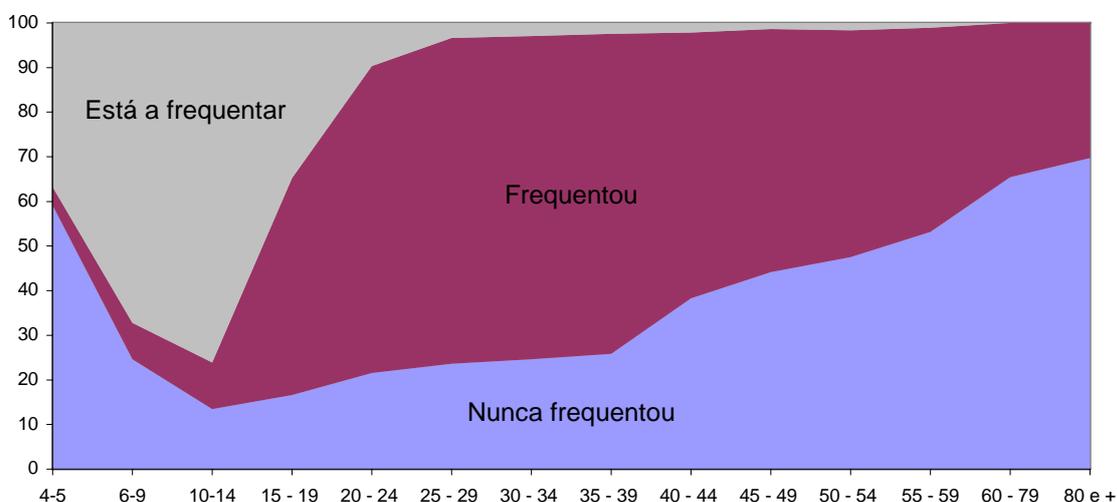
Já a partir do escalão etário dos 15- 19 anos deparamos com um aumento significativo dos que na altura já tinham frequentado um estabelecimento de ensino com maior ênfases nos escalões de 20-24 até 35-39 anos, proporções essas que atingem valores de 68,0 % até 73,0 %.

Quadro V2 – Repartição da população de 4 anos e mais portadora de deficiência segundo a frequência escolar por grupo etário

Grupos etários	População portadora de deficiência		Frequência escolar					
			Nunca frequentou		Frequentou		Está a frequentar	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	13631	100	5714	41,9	5831	42,8	2086	15,3
4 - 5	269	100	159	59,1	11	4,1	99	36,8
6 - 9	845	100	208	24,6	69	8,2	568	67,2
10 - 14	1192	100	160	13,4	125	10,5	907	76,1
15 - 19	946	100	157	16,6	460	48,6	329	34,8
20 - 24	776	100	167	21,5	534	68,8	75	9,7
25 - 29	711	100	168	23,6	519	73,0	24	3,4
30 - 34	880	100	217	24,7	637	72,4	26	3,0
35 - 39	831	100	215	25,9	596	71,7	20	2,4
40 - 44	794	100	304	38,3	473	59,6	17	2,1
45 - 49	666	100	294	44,1	363	54,5	9	1,4
50 - 54	431	100	205	47,6	219	50,8	7	1,6
55 - 59	468	100	249	53,2	214	45,7	5	1,1
60 - 79	3494	100	2285	65,4	1209	34,6	0	0,0
80 e +	1328	100	926	69,7	402	30,3	0	0,0

Gráfico V.1

Estrutura da população de 4 anos e + portadora de deficiência segundo a frequência escolar



Relativamente aos que nunca frequentaram a escola, as proporções mais elevadas são detectadas a partir do escalão etário dos 35-39 anos com 25,9%, chegando aos cerca de 70,0 % na idade dos 80 e mais anos.

Esses dados se comparados com os dados a nível nacional nos indicam uma proporção mais elevada de crianças deficientes em idade pré – escolar (4-5 anos) que nunca frequentara a escola, pois a nível nacional a média é de 47 % e nas portadoras de deficiência é de 60 %.

Relativamente aos que na altura do censo se encontravam a frequentar a escola a tendência é a mesma que se regista a nível nacional pois é nas faixas etárias dos 6-9 e 10-14 anos que se verificam as maiores proporções de frequência actual.

Os dados apurados no quadro V3 deixam antever um cenário menos favorável para o meio rural pois, registaram-se proporções mais elevadas de deficientes que nunca frequentaram a escola, 46% contra 37% no meio urbano; por outro lado é nesse mesmo meio que encontramos em menor proporção as pessoas que já tenham frequentado a escola (39,9 % contra 46,3 % no meio urbano) ou que na altura do recenseamento estavam a frequentar, sendo esses valores iguais a 17,3 % e 13,7 % do meio urbano e rural respectivamente.

Quadro V3 – Repartição da população de 4 anos e mais portadora de deficiência por meio de residência e por sexo segundo a frequência escolar

Escolarização	Urbano						Rural					
	Total		Masculino		Feminino		Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	6160	100	3033	100	3127	100	7471	100	3757	100	3714	100
Nunca frequentou	2247	36,5	807	26,6	1440	46,1	3467	46,4	1315	35,0	2152	57,9
Frequentou	2850	46,3	1656	54,6	1194	38,2	2981	39,9	1857	49,4	1124	30,3
Está a frequentar	1063	17,3	570	18,8	493	15,8	1023	13,7	585	15,6	438	11,8

Segundo os dados apurados sobre a frequência escolar da população a nível nacional, constatamos que se verifica o mesmo cenário para o meio rural, ou seja que nesse meio se verifica a maior proporção dos que nunca frequentaram a escola e em menos proporção estão aqueles que estavam a frequentar um estabelecimento escolar até o momento de recenseamento.

Essa mesma situação é constatada na camada feminina portadora de deficiência do meio rural, 58 % das mulheres deficientes nunca frequentaram a escola, 30 % já tenham frequentado e apenas 12 % estavam a frequentar razão pela qual concluímos que a mulher continua sendo a mais desfavorecida.

Constatamos que é na ilha do Fogo que se situa a maior proporção de pessoas deficientes que nunca frequentaram a escola 46,8 % seguido das ilhas de Santo Antão com 45,0 % e Santiago com 44,1 %.

Relativamente aos que já frequentaram os estabelecimentos de ensino, as ilhas que apresentam as maiores percentagens são as ilhas da Boa Vista 65,7 %, Sal 60,5 % e São Nicolau 52,2 %.

Quadro V4 – Repartição da população de 4 anos e mais portadora de deficiência por ilha segundo a frequência escolar

Ilha de residência	População portadora de deficiência		Frequência escolar					
			Nunca frequentou		Frequentou		Está a frequentar	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Cabo Verde	13631	100	5714	41,9	5831	42,8	2086	15,3
Santo Antão	2258	100	1015	45,0	911	40,3	332	14,7
São Vicente	1988	100	735	37,0	970	48,8	283	14,2
São Nicolau	527	100	218	41,4	275	52,2	34	6,5
Sal	488	100	90	18,4	295	60,5	103	21,1
Boa Vista	140	100	36	25,7	92	65,7	12	8,6
Maió	265	100	90	34,0	128	48,3	47	17,7
Santiago	6287	100	2771	44,1	2497	39,7	1019	16,2
Fogo	1424	100	666	46,8	542	38,1	216	15,2
Brava	254	100	93	36,6	121	47,6	40	15,7

No que tange a frequência actual, a ilha do Sal apresenta a maior percentagem 21,1 %, seguido da ilha do Maio com 17,7 % e da ilha Santiago com 16,2 %.

As proporções relativas as restantes ilhas são também expressivas e não diferem muito das outras percentagens excepto nas ilhas de São Nicolau e Boa Vista cujas proporções de frequência actual são das mais baixas do país, 6,5 % e 8,6 % respectivamente.

Estudando a frequência escolar por concelhos os dados nos indicam que as maiores proporções dos que nunca frequentaram a escola se situam nos concelhos de Sta. Catarina com 53,1 %, concelho de São Miguel com 51,9 %, São Filipe com 48,3 %; e Porto Novo com 47,7 %.

Quadro V5 – Repartição da população de 4 anos e mais portadora de deficiência por concelho segundo a frequência escolar

Conselho de residência	Cabo Verde		Frequência escolar					
			Nunca frequentou		Frequentou		Está a frequentar	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	13631	100	5714	41,9	5831	42,8	2086	15,3
Ribeira Grande	1036	100	450	43,4	478	46,1	108	10,4
Paul	396	100	171	43,2	142	35,9	83	21,0
Porto Novo	826	100	394	47,7	291	35,2	141	17,1
São Vicente	1988	100	735	37,0	970	48,8	283	14,2
São Nicolau	527	100	218	41,4	275	52,2	34	6,5
Sal	488	100	90	18,4	295	60,5	103	21,1
Boavista	140	100	36	25,7	92	65,7	12	8,6
Maio	265	100	90	34,0	128	48,3	47	17,7
Tarrafal	586	100	279	47,6	222	37,9	85	14,5
Santa Catarina	1407	100	747	53,1	478	34,0	182	12,9
Santa Cruz	805	100	332	41,2	334	41,5	139	17,3
Praia	2291	100	847	37,0	984	43,0	460	20,1
São Domingos	452	100	179	39,6	206	45,6	67	14,8
São Miguel	746	100	387	51,9	273	36,6	86	11,5
Mosteiros	441	100	191	43,3	181	41,0	69	15,6
São Filipe	983	100	475	48,3	361	36,7	147	15,0
Brava	254	100	93	36,6	121	47,6	40	15,7

Em relação aos que actualmente estão a frequentar a escola os resultados mais significativos são os seguintes:

Concelho de Paúl com 21, 0 % e concelho da Praia com 20,1 %.

Verificamos que uma grande maioria, (63,3 %) de portadores de deficiência múltipla nunca frequentaram a escola e por outro lado são eles os que menos estão a frequentar actualmente os estabelecimentos de ensino. (quadro V6)

Entre os portadores de Outra deficiência (deficiência mental e sensorial), 41, 9 % nunca frequentaram a escola, 40,2 % já frequentaram e só 17,9 % estão actualmente a frequentar.

Com relação aos deficientes motores, uma grande parte já frequentou a escola 46,4%, 38,9% nunca frequentou e 14,6% estão a frequentar.

Quadro V6 – Repartição da população de 4 anos e mais portadora de deficiência segundo a frequência escolar por tipo de deficiência

Tipo de deficiência	Total		frequência escolar					
			Nunca frequentou		Frequentou		Está a frequentar	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	13631	100	5714	41,9	5831	42,7	2086	15,3
Deficiência motora	6985	100	2721	38,9	3246	46,4	1018	14,6
Outra deficiência	5684	100	2383	41,9	2285	40,2	1016	17,9
Deficiência múltipla	962	100	610	63,3	300	31,2	52	5,4

2- Escolarização

A taxa de escolarização da população portadora de deficiência até o momento do recenseamento era de 15,3 % ou seja que se comparado esse dado com o que se verifica a nível nacional essa taxa encontra-se abaixo da média nacional em quase 23 pontos percentuais.

Notamos entretanto que a taxa mais elevada de escolarização corresponde ao sexo masculino, 17,0 % e para o sexo feminino 13,6%.

Relativamente ao meio de residência, no meio urbano se verifica o maior índice 17,2 % contra 13,7 % no meio rural.

Quadro V7– Efectivo e taxa de escolarização (%) da população de 4 anos e mais portadora de deficiência que está a frequentar segundo o sexo por meio de residência

Meio de residência	Total frequência actual		Sexo			
			Masculino		Feminino	
	Efectivo	taxa	Efectivo	taxa	Efectivo	taxa
Cabo verde	2086	15,3	1155	17,0	931	13,6
Urbano	1063	17,2	570	18,7	493	15,8
Rural	1023	13,7	585	15,6	438	11,8

Em relação aos grupos etários, os dados nos indicam que somente 36 % de crianças deficientes com idade compreendida entre 4-5 anos frequentavam um estabelecimento de ensino, já no grupo dos 6-14 anos encontramos a maior taxa de escolarização, 72,4%, no escalão etário dos 15-24 essa taxa tende a diminuir, sendo igual a 23,4 % e a menor taxa de escolarização, 1,1%, corresponde as pessoas com 25 anos e mais.

Analisando essa taxa de escolarização segundo o sexo e através dos diferentes grupos etários concluímos que a camada masculina portadora de deficiência frequenta mais os estabelecimentos de ensino, excepto no escalão dos 25 e mais anos em que a participação é quase equitativa entre os dois sexos.

Quadro V8– Efectivo e taxa de escolarização (%) da população de 4 anos e mais portadora de deficiência que está a frequentar um estabelecimento escolar segundo o sexo por grupo etário

Grupo etário	Total frequência actual		Sexo			
			Masculino		Feminino	
	Efectivo	taxa	Efectivo	taxa	Efectivo	taxa
Total	2086	15,3	1155	17,0	931	13,6
4-5	99	36,3	56	37,3	43	35,0
6-14	1475	72,4	806	73,2	669	71,4
15-24	404	23,4	234	23,4	170	23,6
25 e +	108	1,1	59	1,3	49	1,0

3- Nível de instrução

O nível de instrução será analisado tomando como referência o universo de pessoas portadoras de deficiência com 15 anos e mais, o que corresponde a um total de 11.186 efectivos. Assim, o quadro e gráfico em referência (Quadro V9, Gráfico V2), nos permite verificar os vários níveis de instrução atingidos pela população portadora de deficiência, de forma diferenciada por sexos e pelos diferentes grupos etários.

Entre os que tem como nível o Ensino Básico Integrado (EBI) os maiores índices são encontrados nos escalões etários dos 15-24 e 25-64 anos, com 47 % e 46 % respectivamente.

A primeira constatação é de que uma grande proporção (47 %) da população portadora de deficiência não possui nenhum nível de instrução, 40 % possui como nível de instrução o Ensino Básico Integrado (EBI), uma pequena minoria, 7,4 % o ensino secundário, 4,7 % são alfabetizados, 1 % o ensino médio/superior e 0,5 % o pré escolar.

A maior concentração de pessoas sem nível de instrução se situa nas faixas etárias dos 25-64 e 65 e mais anos, correspondendo essas proporções à 40 % e 67 % respectivamente sendo nos dois casos as mulheres as que detém uma maior proporção com uma diferença de cerca de 30 pontos percentuais.

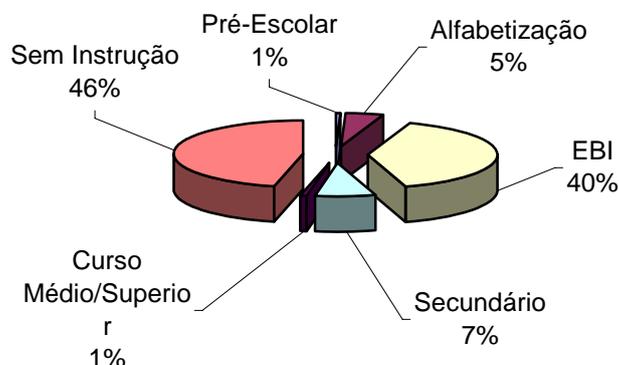
Os restantes níveis apresentam percentagens pouco significativas em relação aos dois aspectos analisados anteriormente o que nos leva a concluir que o nível de instrução é bastante baixo nessa camada populacional e sobretudo nas pessoas do sexo feminino.

Quadro V9 – Repartição da população de 15 anos e mais portadora de deficiência por grupos etários segundo o nível de instrução e sexo

Nível de instrução	Pop. Deficiente de 15 anos e +		Grupo etário					
	Efectivo	%	15-24		25-64		65 e +	
			Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	11186	100	1682	100	5595	100	3909	100
Pré - Escolar	57	0,6	12	0,7	22	0,4	23	0,6
Alfabetização	522	4,7	47	2,8	370	6,6	105	2,7
EBI	4486	40,1	793	47,1	2570	46,0	1123	28,7
Secundário	831	7,4	488	29,0	321	5,7	22	0,5
Curso Médio/Superior	103	0,9	18	1,1	80	1,4	5	0,1
Sem Instrução	5187	46,3	324	19,3	2232	39,9	2631	67,3
Masculino	5471	100	977	100	2769	100	1725	100
Pré - Escolar	21	0,4	2	0,2	6	0,2	13	0,8
Alfabetização	230	4,2	25	2,6	153	5,5	52	3,0
EBI	2794	51,1	470	48,1	1550	56,0	774	44,9
Secundário	508	9,2	277	28,4	217	7,8	14	0,8
Curso Médio/Superior	65	1,2	12	1,2	49	1,8	4	0,2
Sem Instrução	1853	33,9	191	19,5	794	28,7	868	50,3
Feminino	5715	100	705	100	2826	100	2184	100
Pré - Escolar	36	0,6	10	1,4	16	0,6	10	0,5
Alfabetização	292	5,1	22	3,1	217	7,6	53	2,4
EBI	1692	29,6	323	45,8	1020	36,1	349	16,0
Secundário	323	5,7	211	29,9	104	3,7	8	0,4
Curso Médio/Superior	38	0,7	6	0,9	31	1,1	1	0,0
Sem Instrução	3334	58,3	133	18,9	1438	50,9	1763	80,7

Gráfico V2 - População de 15 anos e mais portadora de deficiência segundo o nível de instrução

Nível de instrução da população de 15 anos e + portadora de deficiência



Verificamos que no meio rural se concentra mais da metade (52 %) da população com deficiência que não possui nenhum nível de instrução, enquanto que no meio urbano encontramos 40 % dessa população. (ver Quadro V10)

Entre os que possuem como nível o EBI, o meio urbano concentra o maior número de pessoas, 43,3 % contra 37,5 % do meio rural, assim como as pessoas com nível secundário, sendo 11,5 % no meio urbano e somente 4,1 % no meio rural.

Quando analisamos o quadro através das diferentes faixas etárias observamos que mais da metade (52 %) de pessoas com idade entre os 15-24 anos e tendo como nível o EBI, são do meio rural.

Nessa mesma faixa etária uma maior proporção (36 %) de pessoas com nível secundário são do meio urbano.

Por outro lado, é no meio urbano, no escalão dos 25-64 anos que se verifica a maior proporção de pessoas com o EBI, cerca de 49 %.

Na faixa etária dos 65 e mais anos se verificam os maiores índices de ausência de instrução sendo o meio rural o que apresenta a maior proporção 72 % contra 61 % no meio urbano.

Quadro V10 – Repartição da população de 15 anos e mais portadora de deficiência por grupos etários segundo o nível de instrução e meio de residência

Nível de instrução	Pop. Deficiente de 15 anos e +		Grupo etário					
			15-24		25-64		65 e +	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Urbano	4997	100	835	100	2576	100	1586	100
Pré - Escolar	18	0,4	5	0,6	8	0,3	5	0,3
Alfabetização	156	3,1	14	1,7	108	4,2	34	2,1
EBI	2163	43,3	353	42,3	1251	48,6	559	35,3
Secundário	577	11,5	301	36,0	257	10,0	19	1,2
Curso Médio/Superior	83	1,7	8	1,0	70	2,7	5	0,3
Sem Instrução	2000	40,0	154	18,4	882	34,2	964	60,8
Rural	6189	100	847	100	3019	100	2323	100
Pré - Escolar	39	0,6	7	0,8	14	0,5	18	0,7
Alfabetização	366	6,0	33	3,9	262	8,7	71	3,1
EBI	2323	37,5	440	51,9	1319	43,7	564	24,3
Secundário	254	4,1	187	22,1	64	2,1	3	0,1
Curso Médio/Superior	20	0,3	10	1,2	10	0,3	0	0,0
Sem Instrução	3187	51,5	170	20,1	1350	44,7	1667	71,8

4- Analfabetismo

A taxa de analfabetismo na população portadora de deficiência corresponde a 55,6 % o que significa que existe uma diferença de mais de 30 pontos percentuais entre estes dois valores (a taxa de analfabetismo a nível nacional é igual a 25 %) o que nos leva a concluir que mais da metade dos portadores de deficiência não sabem ler e escrever.

A taxa mais elevada de analfabetismo é registada no meio rural, 62 %, sem que contudo, deixemos de referir o que se verifica no meio urbano, cuja taxa também é elevada e corresponde a 48 %.

Verificamos também que são as mulheres as mais atingidas e sobretudo as mulheres com deficiência do meio rural; 67,6 % de mulheres são analfabetas sendo cerca de 60 % do meio urbano e 75 % do meio rural.

Entre a camada masculina, cerca de 43 % são analfabetos sendo a maior proporção correspondente ao meio rural.

Em suma o analfabetismo afecta em maior proporção o meio rural e de forma não diferenciada tanto aos homens como as mulheres.

Por outro lado a maior taxa de analfabetismo (72,4 %) foi registada no escalão dos 50 e mais anos e a mais baixa no escalão dos 15-34 anos (31,7 %) ou seja que o analfabetismo atinge mais a população deficiente mais velha e em menos proporção os mais jovens.

Quadro V11 – Taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais portadora de deficiência segundo o sexo por meio de residência e grupo etário

Meio de residência /Grupos etários	Total		Sexo			
			Masculino		Feminino	
	Efectivo	Taxa	Efectivo	Taxa	Efectivo	Taxa
Cabo verde	6299	55,6	2394	43,2	3905	67,6
15-34	1049	31,7	567	30,2	482	33,6
35-49	1110	48,4	401	35,0	709	61,9
50 e +	4140	72,4	1426	56,6	2714	84,8
Urbano	2413	47,5	860	35,0	1553	59,3
15-34	465	28,3	256	27,8	209	29,0
35-49	438	40,4	154	27,5	284	54,3
50 e +	1510	64,1	450	46,0	1060	77,1
Rural	3886	62,2	1534	49,7	2352	74,5
15-34	584	35,0	311	32,5	273	38,3
35-49	672	55,6	247	42,2	425	68,2
50 e +	2630	78,1	976	63,3	1654	90,7

CAPITULO VI – Actividade Económica e Condição de Vida

1- Actividade Económica

Com este capítulo pretendemos estudar a situação da população portadora de deficiência com 15 anos e mais perante o emprego, desemprego e da população inactiva.

O emprego é um direito e uma das normas estabelecidas pela ONU para que o portador de deficiência possa participar de forma efectiva em igualdade de oportunidades no desenvolvimento do país; entretanto, constrangimentos de várias ordens têm sido feitos com que o portador de deficiência não tenha conseguido exercê-lo plenamente passando assim a fazer parte do grupo dos desempregados.

Assim, o factor desemprego será analisado de forma comparativa, visando relacionar a taxa de desemprego a nível nacional com a taxa de desemprego existente no seio da população portadora de deficiência.

Essa relação nos permitirá constatar a real situação de desemprego nessa camada populacional tendo em pano de fundo a taxa de desemprego do país.

Será estudada ainda a situação da população inactiva, grupo esse composto por domésticas, estudantes, reformados e incapacitados

Todas as análises referentes ao desemprego e a população inactiva, serão feitas o quanto possível por tipo de deficiência, por meio de residência, por ilhas e por faixas etárias.

Consta ainda do presente capítulo a análise da situação dessa camada populacional em relação ao meio de subsistência, sabendo a partida de que a maioria deles pertencem à população inactiva ou são desempregados.

É também nosso objectivo, analisar a situação dos chefes de família portadores de deficiência em relação ao meio de vida, ao nível de conforto em que vivem e fazer uma relação com a população total do país com o intuito de saber se a situação tanto de uma ou outra camada difere ou não e em que medida.

1.1-Situação na ocupação

O quadro VII nos permite avaliar se a taxa de desemprego a nível da população com deficiência é proporcional à média nacional ou se por outro lado essa camada encontra-se em desvantagem com relação ao resto da população.

Concluimos entretanto que a taxa nacional de desemprego corresponde a 17,3 % e a nível da população com deficiência a média é de 15,9 %, índices que são bastante encorajadores tendo em conta os grandes constrangimentos com que o deficiente depara no seu dia a dia para que esse direito seja efectivamente cumprido.

Entre os diferentes tipos de deficiência, o tipo deficientes motores e outra deficiência, a taxa de desemprego é igual a 16,0 % para cada um enquanto que para o tipo deficiência múltipla essa taxa corresponde a 12,0 %.

Podemos ainda apreciar no mesmo quadro a percentagem da população inactiva a qual representa 62,7 % do total dos portadores de deficiência com 15 anos e mais.

Segundo o tipo de deficiência os portadores de deficiência múltipla representam a maior taxa de inactivos.

Quadro VII- Repartição da população de 15 anos e mais portadora de deficiência segundo a situação na ocupação por tipo de deficiência

Tipo de deficiência	Pop.com 15 anos e +		Activos				Inactivo	
			Empregado		Desempregado			
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
População Total	247147	100	141725	57.3	29588	12.0	75834	30.7
Pop. Com deficiência	11313	100	3547	31,4	669	5.9	7097	62.7
Deficiência motora	5918	100	1895	32.0	361	6.1	3662	61,9
Outra deficiência	4584	100	1513	33.0	289	6.3	2782	60.7
D. múltipla	811	100	139	17.1	19	2.3	653	80.5

Constatamos com o quadro em referência (VI2) os seguintes resultados:

Que a taxa de desemprego urbano a nível nacional é de 18,6 % e em relação a população deficiente a taxa corresponde a 19,2 %.

No meio rural os dados indicam que o desemprego a nível nacional atinge os 15,7 % e na população deficiente, essa taxa corresponde a 13,5 %.

Essas duas constatações nos levam a concluir que em relação a população deficiente, temos mais desempregados no meio urbano e menos no meio rural.

Esta situação pôde residir no factor nível de instrução tendo em conta que no meio urbano as ofertas de emprego exigem um nível de instrução mais elevado ou formação profissional o que é quase que inexistente.

Já no meio rural o maior ramo de actividade da população portadora de deficiência é a agricultura para o qual não lhe é exigido o mesmo nível de instrução sendo a maior parte deles analfabetos.

Em relação a população inactiva, a maior parte está concentrada no meio urbano, sem que, entretanto, a diferença não deixe de ser tão expressiva em relação ao meio rural.

Quadro VI2- Repartição da população de 15 anos e mais portadora de deficiência segundo a situação na ocupação por meio de residência

Meio de residência/ Pop. Portadora de deficiência	Pop. Total /Pop. Portadora de deficiência (15 anos e +)		Activos				Inactivo	
			Empregado		Desempregado			
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Cabo verde	247147	100	141725	57,3	29588	12,0	75834	30,7
População com deficiência	11313	100	3547	31,4	669	5,9	7097	62,7
Urbano	139938	100	77441	55,3	17659	12,6	44838	32,0
População com deficiência	5079	100	1427	28,1	339	6,7	3313	65,2
Rural	107209	100	64284	60,0	11929	11,1	30996	28,9
População com deficiência	6234	100	2120	34,0	330	5,3	3784	60,7

Segundo as ilhas, as maiores taxas de desemprego estão localizadas nas ilhas de São Vicente com 24,7 %, Brava 20,7 %, Santiago 15,8 % e Fogo 15,1 %.

A menor taxa de desemprego corresponde ilha de São Nicolau com 6,8 %.

Constatamos também que entre as ilhas a maior percentagem da população inactiva situa-se na ilha de São Vicente com 71,4 % e na ilha do Sal encontramos a taxa mais baixa com 50,9 %.

Quadro VI3- Repartição da população de 15 anos e mais portadora de deficiência segundo a situação na ocupação por ilha de residência

Ilha	Pop. Portadora de deficiência (15 anos e +)		Activo				Inactivo	
			Empregado		Desempregado			
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Cabo verde	11313	100	3547	31,4	669	5,9	7097	62,7
Santo Antão	1906	100	536	28,1	89	4,7	1281	67,2
São Vicente	1692	100	364	21,5	120	7,1	1208	71,4
São Nicolau	475	100	151	31,8	11	2,3	313	65,9
Sal	375	100	168	44,8	16	4,3	191	50,9
Boa Vista	127	100	37	29,1	4	3,1	86	67,7
Maio	210	100	82	39,0	12	5,7	116	55,2
Santiago	5140	100	1753	34,1	330	6,4	3057	59,5
Fogo	1181	100	391	33,1	70	5,9	720	61,0
Brava	207	100	65	31,4	17	8,2	125	60,4

Verificamos que a taxa mais alta de desemprego se situa no grupo etário dos 15-19 e 20-24 anos com 37,3 % e 27,9 % respectivamente.

Por outro lado as menores taxas se situam a partir dos 60 anos atingindo os 8,6 % e 6,8 %.

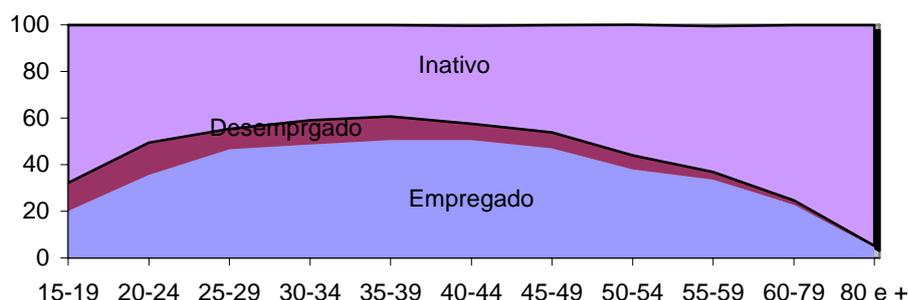
A taxa mais alta de inactividade está localizada na faixa dos 80 e + anos (94,7 %) e a mais baixa (39,2 %) que corresponde à faixa dos 35-39 anos.

Quadro VI4- Repartição da população de 15 anos e mais portadora de deficiência segundo a situação na ocupação por grupo etário

Grupos etários	Pop. Portadora de deficiência (15 anos e +)		Activo				Inactivo	
			Empregado		Desempregado			
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	11313	100	3547	31,4	669	5,9	7097	62,7
15-19	945	100	191	20,2	114	12	640	67,6
20-24	775	100	276	35,6	107	13,8	392	50,5
25-29	711	100	332	46,6	63	8,8	316	44,4
30-34	878	100	428	48,6	92	10,5	358	40,7
35-39	831	100	420	50,5	85	10,2	326	39,2
40-44	795	100	404	50,6	55	6,9	336	42,1
45-49	665	100	313	47,0	46	6,9	306	45,9
50-54	432	100	164	38,0	26	6	242	56
55-59	466	100	157	33,5	16	3,4	293	62,6
60-79	3488	100	799	22,9	59	1,7	2631	75,3
80 e +	1326	100	63	4,8	6	0,5	1257	94,7

Gráfico VII : Situação na ocupação da população de 15 anos ou mais portadora de deficiência

Situação na ocupação da população de 15 anos e mais portadora de deficiência por grupo etário



Segundo o tipo de deficiência, os portadores de deficiência motora são os que estão em maior numero representados a nível dos empregados, eles representam 53,4 %,seguido do grupo outra deficiência com 42,7 % e por último os portadores de deficiência múltipla com 3,9 % de empregados.

Quadro VI 5 – População portadora de deficiência, empregada segundo o meio de residência por tipo de deficiência

Tipo de deficiência	Cabo verde		Meio de residência			
			Urbano		Rural	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	3547	100	1427	100	2120	100
Deficiência motora	1895	53,4	796	55,8	1099	51,8
Outra deficiência	1513	42,7	578	40,5	935	44,1
Deficiência múltipla	139	3,9	53	3,7	86	4,1

Observamos novamente que as ilhas mais povoadas são as que absorvem o maior número de empregados, 49,4% em Santiago, 15,1% em Santo Antão, 11,0% para Fogo e 10,3% para São Vicente.

A menor taxa corresponde a ilha da Boa Vista.

O quadro elucida também que o número mais elevado de empregados segundo o sexo é respeitante aos homens, na maioria das ilhas, como é o caso de Santiago que contempla 981 empregados do sexo masculino contra 772 do sexo feminino, na ilha de Santo Antão temos 384 efectivos do sexo masculino e 152 do sexo feminino a seguir encontramos as ilhas do Fogo com 225 homens contra 166 mulheres, e a ilha de São Vicente onde 215 homens trabalham contra 149 mulheres.

Quadro VI 6 - População portadora de deficiência, empregada segundo o sexo por ilha de residência

ILHA	total		Sexo			
			masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	3547	100	2121	100	1426	100
Santo Antão	536	15,1	384	18,1	152	10,7
São Vicente	364	10,3	215	10,1	149	10,4
São Nicolau	151	4,3	107	5,0	44	3,1
Sal	168	4,7	91	4,3	77	5,4
Boavista	37	1,0	27	1,3	10	0,7
Maio	82	2,3	48	2,3	34	2,4
Santiago	1753	49,4	981	46,3	772	54,1
Fogo	391	11,0	225	10,6	166	11,6
Brava	65	1,8	43	2,0	22	1,5

O quadro em referência (IV7) revela que 44,6 % da população com deficiência empregada corresponde a faixa etária dos 25- 44 anos, 25,5 % a faixa dos 45 – 64 anos, 16,7 % a 65 e mais anos e por último 13,2 % para os que tem 15 –24 anos.

Concluimos assim que o maior número de pessoas a trabalhar tem uma idade compreendida entre os 25 e 44 anos.

Quadro VI7 - População portadora de deficiência, empregada segundo o tipo de deficiência por grupo etário

Grupos etários	Total		Tipo de deficiência					
			Deficiência motora		Outra deficiência		Deficiência múltipla	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	3547	100	1895	100	1513	100	139	100
15 - 24	467	13,2	239	12,6	210	13,9	18	12,9
25 - 44	1584	44,6	888	46,9	660	43,6	36	25,9
45 - 64	905	25,5	505	26,6	350	23,1	50	36,0
65 e +	591	16,7	263	13,9	293	19,4	35	25,2

A situação dos portadores de deficiência perante o trabalho demonstra claramente que a maioria deles são trabalhadores por conta própria, 1120 pessoas num universo de 3547, correspondente a cerca de 31% do total dos que estão empregados.

Desse total, verifica-se que por cada 100 homens, 60 estão empregados enquanto que a camada feminina, por cada 100, 40 são empregadas.

A seguir encontramos os deficientes empregados na Administração Pública (642) dos quais a maioria são homens.

Um outro dado que convém realçar é acerca de aqueles que são empregados sem remuneração ou seja que vivem com um familiar, prestam algum serviço em casa mas não são remunerados, eles representam cerca de 6,5% do total

As restantes percentagens estão distribuídas quase equitativamente através das várias situações de emprego.

Quadro VI8 - População portadora de deficiência, empregada segundo o tipo de deficiência e sexo por situação perante o trabalho

Situação perante o trabalho	Total			Deficiência Motora			Outra Deficiência			Deficiência Múltipla		
	Total	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Masc	Fem
Total	3547	2121	1426	1895	1131	764	1513	906	607	139	84	55
Trabalhador da Administração Pública	642	378	264	359	206	153	266	162	104	17	10	7
Trabal. do sector empresarial privado	387	296	91	189	149	40	189	141	48	9	6	3
Trabal. do sector empresarial do Estado	143	110	33	87	69	18	52	40	12	4	1	3
Trabal. por conta própria	1120	692	428	583	365	218	489	292	197	48	35	13
Patrão / Empregador	79	63	16	43	36	7	32	24	8	4	3	1
Trabal. familiar sem remuneração	558	236	322	282	115	167	245	103	142	31	18	13
Outra situação	453	250	203	253	138	115	182	106	76	18	6	12
NR	165	96	69	99	53	46	58	38	20	8	5	3

Não tendo um elevado grau de escolaridade, os portadores de deficiência exercem principalmente a agricultura, o comércio e serviços prestados às famílias e aos particulares. No universo de 3425 indivíduos que declararam ter uma profissão cerca de 34 em cada 100 exercem a agricultura, 29 são trabalhadores não qualificados e 16 são operários. (quadro VI9)

Quadro VI9 - População portadora de deficiência, empregada segundo o meio de residência por profissão

Profissão	Cabo Verde					
	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	3425	100	2046	100	1379	100
Membros do Governo, Adm. Púb., Dirigentes...	17	0,5	14	0,7	3	0,2
Especialistas das prof. intelectuais e científicas	79	2,3	52	2,5	27	2,0
Técnicos e profissionais de nível intermédio	94	2,7	57	2,8	37	2,7
Pessoal administrativo e similares	70	2,0	45	2,2	25	1,8
Pessoal dos serviços e vendedores	384	11,2	152	7,4	232	16,8
Agricultores e trabalhadores da agric. E pesca	1154	33,7	689	33,7	465	33,7
Operários, artífices e trabalhadores similares	539	15,7	473	23,1	66	4,8
Operadores de inst. e máq. de montagem	104	3,0	94	4,6	10	0,7
Trabalhadores não qualificados	983	28,7	469	22,9	514	37,3
Forças armadas	1	100	1	100	0	100

2- Condição de vida

2.1- Meio de vida

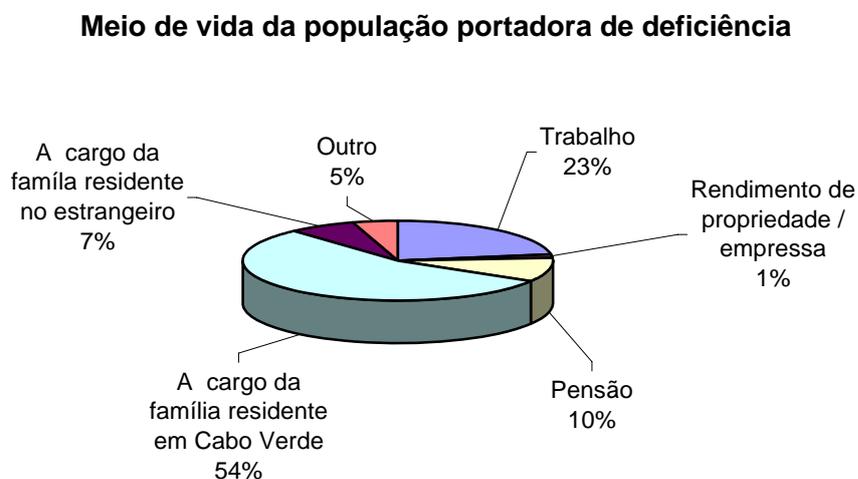
O gráfico VI2 demonstra que os portadores de deficiência na sua maioria estão a cargo das famílias sejam elas residentes no país como no estrangeiro, 54% e 7% respectivamente sendo a soma dos dois dados igual a 71% , um numero que ressalta logo a vista e que pode estar relacionado com o nível de instrução, que na maioria ou é nulo ou muito baixo não lhes permitindo ter acesso a um trabalho que possa garantir um meio de subsistência próprio.

Também é de salientar que só 23% têm como meio de subsistência o trabalho e 10,0 % vivem de uma pensão.

Quadro VII0- Repartição da população portadora de deficiência por meio de vida

Meio de vida	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	12444	100	6163	100	6281	100
Trabalho	3017	24,2	1865	30,3	1152	18,3
Rendimento de propriedade / empresa	188	1,5	128	2,1	60	1
Pensão	1287	10,3	865	14	422	6,7
A cargo da família residente em Cabo Verde	6412	51,5	2712	44	3700	58,9
A cargo da família residente no estrangeiro	906	7,3	307	5	599	9,5
Outro	634	5,1	286	4,6	348	5,5

Gráfico VI 2- Meio de vida da população portadora de deficiência



Entre os portadores de deficiência, constatamos que 5077 pessoas com deficiência são chefes de agregado, sendo 58,3 % do sexo masculino e 41,7 % do sexo feminino.

Observamos também que para um grande número de pessoas pertencentes a esse grupo, o principal meio de vida ou é o trabalho(36,1%)ou dependem do apoio da família (33,9%). Há mais chefes de agregado do sexo masculino(41,9%) a trabalhar do que mulheres(27,9). E pelo contrário há mais chefes de agregado do sexo feminino(48,8%) que vivem a cargo da família.

Quadro VI 11- Repartição dos chefes de agregado portadores de deficiência segundo o meio de vida por sexo

Meio de Vida do chefe de agregado	Total		Sexo			
			Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total chefe de agregado	5077	100	2961	100	2116	100
Trabalho	1832	36,1	1242	41,9	590	27,9
Rendimento de propriedade / empresa	161	3,2	114	3,9	47	2,2
Pensão	989	19,5	731	24,7	258	12,2
A cargo da família residente em Cabo Verde	1214	23,9	526	17,8	688	32,5
A cargo da família residente no estrangeiro	510	10,0	165	5,6	345	16,3
Outro	371	7,3	183	6,2	188	8,9

2.2- Nível de conforto

Fazendo uma análise comparativa sobre o nível de conforto entre a população total e a população deficiente concluímos que a população com deficiência está em desvantagem com relação ao outro porquanto os níveis muito baixo e baixo são mais expressivos para essa camada populacional e o contrario se verifica quando se trata dos outros níveis.

Essa mesma situação se verifica quando analisamos a questão segundo o meio de residência, entretanto convém salientar que no meio rural, o nível de conforto é muito mais baixo que no meio urbano. (quadroVII2)

Quadro VII2- Percentagem da população residente e da população portadora de deficiência segundo o nível de conforto por meio de residência

Nível de conforto	Cabo Verde		Meio de residência			
			Urbano		Rural	
	População total	População Portadora de deficiência	População total	População Portadora de deficiência	População total	População Portadora de deficiência
Total	100	100	100	100	100	100
Muito Baixo	47,7	53,7	25,2	28,9	73,7	74,1
Baixo	16,3	17,0	17,6	18,9	14,9	15,3
Médio	15,5	14,0	22,4	22,4	7,6	7,1
Alto	16,8	13,6	28,3	26,2	3,5	3,2
Muito Alto	3,6	1,8	6,5	3,6	0,3	0,3

Em termos comparativos entre os chefes de família com ou sem deficiência os dados nos revelam que existem mais chefes de família portadores de deficiência que vivem com um nível de conforto muito baixo.

Com relação aos outros níveis ressalta a vista o facto de que os que vivem com um nível de conforto médio, alto ou muito alto as maiores percentagens correspondem aos chefes de agregado que não são portadores de deficiência.

Quadro VII3- Percentagem dos chefes de agregados sem deficiência e os portadores de deficiência segundo o nível de conforto por meio de residência

Nível de conforto	Total	Meio de residência	
		Urbano	Rural

	Chefe sem deficiência	Chefe com deficiência	Chefe sem deficiência	Chefe com deficiência	Chefe sem deficiência	Chefe com deficiência
Total	100	100	100	100	100	100
Muito Baixo	46,3	56,3	26,2	32,7	73,2	74,6
Baixo	17,6	17,6	19,1	20,1	15,7	15,6
Médio	15,1	13,1	20,9	21,1	7,4	6,9
Alto	16,9	11,6	27	23,2	3,4	2,6
Muito Alto	4,1	1,4	6,8	2,9	0,3	0,3

Essa mesma situação se verifica tanto no meio urbano e rural com maior predominância no meio rural.

Concluimos assim que para os chefes de família portadores de deficiência, o nível de conforto é muito mais baixo em relação aos chefes sem deficiência.

Conclusões e Recomendações

Da análise dos dados relativos à população portadora de deficiência do Recenseamento Geral da População e Habitação 2000, alguns resultados devem ser retidos:

A população portadora de deficiência representa 3.2% do total da população residente, sem grande diferença quanto a afectação entre os homens e as mulheres, isto é, 6.955 são homens (49.9%) e 6.993 são mulheres (50.1%) representando assim 3,3 % e 3,1 % respectivamente.

Quanto ao meio de residência, a deficiência incide mais no meio rural 3,8 % contra 2,7 % no meio urbano, por ilhas incide mais na ilha de Santo Antão, 4,9 % e em menos proporção na ilha de Santiago, 2,8 %.

Por grupos etários a deficiência incide com maior proporção nas pessoas a partir dos 50-59 anos, facto esse que poderá estar relacionado com a velhice.

A população portadora de deficiência está mais afectada pela **DEFICIÊNCIA MOTORA** (51,5 %).

Em segundo lugar encontramos a população afectada pelas deficiências sensoriais e mentais (41,4 %) agrupadas no tipo **OUTRA DEFICIÊNCIA**, sendo entre elas a deficiência visual a que afecta em maior proporção, 36,0 %.

Em menos proporção (7,1 %), os portadores de deficiência estão afectados pela **DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA**.

O nível de instrução deixa transparecer que uma boa percentagem das pessoas portadoras de deficiência em Cabo Verde ou não possuem nenhum nível de instrução ou têm somente o nível Básico de instrução (EBI), sendo as mulheres as mais desfavorecidas, um número bastante elevados são analfabetas.

Afim de aumentar a taxa de escolarização, devem-se criar estruturas especializadas, eliminando as barreiras arquitectónicas e sobretudo dotar de pessoal especializado que possa lidar com esta população.

Em termos de ocupação verificamos que essencialmente exercem a agricultura, o comércio e serviços prestados às famílias e aos particulares, situação essa que poderá ser melhorada com a criação de centros de formação profissional para deficientes.

Apesar de muitas dificuldades vividas as pessoas portadoras de deficiência não fogem às suas responsabilidades, cerca de 36 % desta camada populacional são chefes de agregado familiar.

A situação não menos preocupante são os portadores de deficiência que vivem sós e os que vivem em agregados com pessoas sem nenhuma relação de parentesco, representando 6% e 3% respectivamente.

Quanto às condições das suas habitações vivem em situação precária, 57% não tem casa de banho, 45% tem como principal fonte de iluminação o petróleo e o modo de abastecimento de água em 45% é o chafariz. Vivem em agregados numerosos, 56 em cada 100 vivem em agregados com cinco a dez indivíduos e 7% em agregado com 11 indivíduos ou mais.

Mais de metade desta tão vulnerável população tem um nível de conforto muito baixo.

Face a estes resultados, nota-se que apesar de esforços efectuados no sentido de promover a integração social e melhorar as condições de existência dessa camada populacional, nomeadamente a criação de um Programa Nacional de Reabilitação (RBC) que leva em conta todas as necessidades prioritárias, falta ainda muito por fazer à favor da população portadora de deficiência.

Cabe aos diferentes organismos (Estado, Associações das pessoas portadoras de deficiências e ONG's), desenvolver programas e criar infra-estruturas capazes de facilitar a integração social dos nossos portadores de deficiência.

Seria de vital importância realizar estudos e inquéritos específicos para determinar os obstáculos que impedem, dificultam ou limitam essa integração na sociedade. Esses aspectos não foram tomados em conta no RGPH2000, mas revertem-se de grande utilidade para a execução de programas e projectos que visem esses objectivos.

Mais uma vez pretendemos chamar a atenção da nossa sociedade para reflectirem acerca da já mencionada e célebre frase do *Sr. John Kennedy*

“ Admito que o deficiente seja vítima do destino, mas não posso admitir que seja vítima da nossa indiferença”

BIBLIOGRAFIA

- 1- Normas sobre igualdade de Oportunidades para Pessoas Portadoras de Deficiência – Edição Portuguesa traduzida do original Inglês, segundo Recomendações das Nações Unidas.
- 2- Boletins Oficiais de Cabo Verde de 1979, 1990, 1992 (constituição de 2ª República), 1993, 1994, 1995, 1996 e 1997.
- 3- Mães e Filhos especiais de Mina Regen, Marilena Ardore, Vera Maria Bonher Hoffmann Brasília 1994
- 4- Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (Handicaps - Organização Mundial da Saúde / Tradução Portuguesa de 1995).

ANEXOS

A1 : Repartição da população portadora de deficiência segundo a ilha de residência por tipo de deficiência

Tipo de Deficiência	Ilha de residência									
	Cabo Verde	Santo Antão	S. Vicente	S. Nicolau	Sal	Boa Vista	Maió	Santiago	Fogo	Brava
Deficiência motora	7183	1124	995	265	228	97	100	3396	861	117
Paralisia cerebral	160	21	23	7	2	1	1	96	4	5
Paralisia total	192	21	40	7	3	1	4	100	12	4
Paralisia membro superior/inferior	1322	220	159	49	34	6	33	656	131	34
Paralisia lado esquerdo/direito	644	63	109	18	11	5	12	370	43	13
Outras	4777	792	652	182	176	83	45	2127	659	61
Múltipla motora	88	7	12	2	2	1	5	47	12	0
Outra deficiência	5775	962	885	240	227	40	156	2640	495	130
Mental	1347	212	231	71	44	14	25	618	104	28
Cego total	385	58	61	16	12	3	8	180	41	6
Cego parcial	2077	340	292	61	128	11	74	927	186	58
Surdo parcial	1246	243	202	52	21	7	37	569	86	29
Surdo total	127	20	13	8	2	2	2	64	14	2
Mudo	177	18	24	6	5	2	3	92	26	1
Múltipla outra	416	71	62	26	15	1	7	190	38	6
Deficiência múltipla	990	207	142	29	44	6	12	435	100	15

A2 : Repartição da população portadora de deficiência segundo o concelho de residência por tipo de deficiência

Tipo de Deficiência	Concelho de residência																	
	Cabo Verde	RG	PL	PN	S V	S N	SL	BV	MA	TF	SC	SZ	PR	SD	SM	MO	SF	BR
Deficiência motora	7183	470	183	471	995	265	228	97	100	347	706	356	1405	217	365	287	574	117
Paralisia cerebral	160	7	1	13	23	7	2	1	1	6	16	14	42	4	14	0	4	5
Paralisia total	192	12	1	8	40	7	3	1	4	5	29	16	39	6	5	0	12	4
Paralisia membro superior/inferior	1322	113	32	75	159	49	34	6	33	44	158	121	248	34	51	45	86	34
Paralisia lado esquerdo/direito	644	27	12	24	109	18	11	5	12	27	90	44	161	26	22	7	36	13
Outras	4777	306	136	350	652	182	176	83	45	260	406	154	894	143	270	234	425	61
Múltipla motora	88	5	1	1	12	2	2	1	5	5	7	7	21	4	3	1	11	0
Outra deficiência	5775	473	188	301	885	240	227	40	156	227	602	422	837	222	330	158	337	130
Mental	1347	107	33	72	231	71	44	14	25	57	163	92	205	44	57	39	65	28
Cego total	385	24	10	24	61	16	12	3	8	16	36	29	68	14	17	11	30	6
Cego parcial	2077	169	70	101	292	61	128	11	74	74	188	135	295	100	135	54	132	58
Surdo parcial	1246	121	58	64	202	52	21	7	37	51	142	101	171	48	56	29	57	29
Surdo total	127	12	3	5	13	8	2	2	2	3	13	16	20	3	9	1	13	2
Mudo	177	5	2	11	24	6	5	2	3	9	22	15	30	6	10	12	14	1
Múltipla outra	416	35	12	24	62	26	15	1	7	17	38	34	48	7	46	12	26	6
Deficiência múltipla	990	109	32	66	142	29	44	6	12	25	122	53	133	27	75	10	90	15

A3 : População portadora de deficiência que sabe ler ou escrever por sexo e por tipo de deficiência

Tipo de deficiência	Cabo Verde			Sabe ler ou escrever					
	Total	Masculino	Feminino	Sim			Não		
				Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
Total	11323	5545	5778	5024	3151	1873	6299	2394	3905
Deficiente motora	5927	2958	2969	2869	1823	1046	3058	1135	1923
Deficiente outra	4583	2193	2390	1936	1187	749	2647	1006	1641
Deficiência Múltipla	813	394	419	219	141	78	594	253	341

A4 : Repartição da população de 4 anos e mais portadora de deficiência por sexo segundo o nível de instrução

Nível de instrução	População portadora de deficiência com 4 anos e mais					
	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	13469	100	6707	100	6762	100
Pré - escolar	218	1,6	114	1,7	104	1,5
Alfabetização	527	3,9	231	3,4	296	4,4
EBI	5921	44,0	3575	53,3	2346	34,7
Secundário	984	7,3	600	8,9	384	5,7
Curso médio/superior	105	0,8	65	1,0	40	0,6
Sem nível (nunca frequentou)	5714	42,4	2122	31,6	3592	53,1

A5 : População portadora de deficiência segundo a deficiência motora e sexo por nível de instrução (4 anos e mais)

Nível de instrução	Deficiência motora					
	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	6912	100	3503	100	3409	100
Pré - escolar	125	1,8	68	1,9	57	1,7
Alfabetização	280	4,1	125	3,6	155	4,5
EBI	3170	45,9	1954	56,0	1216	36,0
Secundário	579	8,4	349	10,0	230	6,7
Curso médio/superior	37	0,5	27	0,8	10	0,3
Sem nível (nunca frequentou)	2721	39,4	980	28,0	1741	51,0

A6 : População portadora de deficiência segundo o tipo outra deficiência e sexo por nível de instrução (4 anos e mais)

Nível de instrução	Outra deficiência					
	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	5610	100	2737	100	2873	100
Pré - escolar	82	1,5	42	1,5	40	1,4
Alfabetização	220	3,9	98	3,6	122	4,2
EBI	2476	44,1	1448	53,0	1028	36,0
Secundário	384	6,8	235	8,6	149	5,2
Curso médio/superior	65	1,2	38	1,4	27	0,9
Sem nível (nunca frequentou)	2383	42,5	876	32,0	1507	53,0

A7 : População portadora de deficiência segundo a deficiência múltipla e sexo por nível de instrução (4 anos e mais)

Nível de instrução	Deficiência múltipla					
	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	947	100	467	100	480	100
Pré - escolar	11	1,2	4	0,9	7	1,5
Alfabetização	27	2,9	8	1,7	19	4,0
EBI	275	29,0	173	37,0	102	21,0
Secundário	21	2,2	16	3,4	5	1,0
Curso médio/superior	3	0,3	0	0,0	3	0,6
Sem nível (nunca frequentou)	610	64,4	266	57,0	344	72,0

A8 : Repartição da população de 4 anos e mais portadora de deficiência por meio de residência e sexo segundo o nível de instrução

Nível de instrução	Pop. Portadora de def. com 4 anos e +	Meio de residência					
		Urbano			Rural		
		Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
Total	13469	6067	2986	3081	7402	3721	3681
Pré - escolar	218	94	51	43	124	63	61
Alfabetização	527	158	56	102	369	175	194
EBI	5921	2823	1631	1192	3098	1944	1154
Secundário	984	661	389	272	323	211	112
Curso médio/superior	105	84	52	32	21	13	8
Sem nível (nunca frequentou)	5714	2247	807	1440	3467	1315	2152

A9: Repartição da população de 4 anos e mais portadora de deficiência por grupo etário segundo o nível de instrução

Grupos etários	Pop. Portadora de deficiência (4anos e+)		Nível de instrução											
			Pré - Escolar		Alfabetização		EBI		Secundário		Curso Médio/Superior		Sem Instrução	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	13469	100	218	1,6	527	3,9	5921	44,0	984	7,3	105	0,8	5714	42,4
4 - 5	273	100	113	41,4	0	0,0	1	0,4	0	0,0	0	0,0	159	58,2
6-9	839	100	46	5,5	0	0,0	583	69,5	2	0,2	0	0,0	208	24,8
10-14	1171	100	2	0,2	5	0,4	851	72,7	153	13,1	0	0,0	160	13,7
15 - 19	922	100	6	0,7	14	1,5	390	42,3	355	38,5	0	0,0	157	17,0
20 - 24	760	100	6	0,8	33	4,3	403	53,0	139	18,3	12	1,6	167	22,0
25 - 29	704	100	3	0,4	23	3,3	411	58,4	87	12,4	12	1,7	168	23,9
30 - 34	867	100	0	0,0	33	3,8	531	61,2	67	7,7	19	2,2	217	25,0
35 - 39	820	100	2	0,2	44	5,4	491	59,9	52	6,3	16	2,0	215	26,2
40 - 44	790	100	1	0,1	71	9,0	353	44,7	44	5,6	17	2,2	304	38,5
45 - 49	658	100	5	0,8	69	10,5	252	38,3	32	4,9	6	0,9	294	44,7
50 - 54	428	100	1	0,2	36	8,4	165	38,6	18	4,2	3	0,7	205	47,9
55 - 59	461	100	4	0,9	36	7,8	155	33,6	12	2,6	5	1,1	249	54,0
60 - 79	3467	100	23	0,7	154	4,4	974	28,1	24	0,7	7	0,2	2285	65,9
80 e +	1309	100	6	0,5	9	0,7	361	27,6	7	0,5	0	0,0	926	70,7

A10 : Repartição da população desempregada de 15 anos e mais portadora de deficiência segundo o meio de residência segundo por sexo

Meio de residência	Total		Sexo			
			Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Cabo Verde	669	100	246	100	423	100
Urbano	339	50,7	140	56,9	199	47,0
Rural	330	49,3	106	43,1	224	53,0

A11 : Repartição da população desempregada de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo o tipo de deficiência por meio de residência

Tipo de deficiência	Cabo Verde		Meio de residência			
			Urbano		Rural	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	669	100	339	100	330	100
Deficiência motora	361	54,0	203	59,9	158	47,9
Deficiência outra	289	43,2	132	38,9	157	47,6
Deficiência múltipla	19	2,8	4	1,2	15	4,5

A12 : Repartição da população desempregada de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo o tipo de deficiência por grupo etário

Grupos etários	Pop. Portadora de deficiência desempregada (15 anos e +)		Tipo de deficiência					
			Deficiência motora		Deficiência outra		Deficiência múltipla	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	669	100	361	54,0	289	43,2	19	2,8
15 - 24	221	100	114	51,6	103	46,6	4	1,8
25 - 44	295	100	170	57,6	117	39,7	8	2,7
45 - 64	112	100	61	54,5	47	42,0	4	3,6
65 e +	41	100	16	39,0	22	53,7	3	7,3

A13 : Repartição da população desempregada de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo o nível de instrução por meio de residência

Nível de instrução	Cabo Verde		Meio de residência			
			Urbano		Rural	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	669	100	339	100	330	100
Pré -Ecolar	6	0,9	4	1,2	2	0,6
Alfabetização	46	6,9	17	5,1	29	8,9
EBI	365	55,1	191	57,0	174	53,2
Secundário	71	10,7	51	15,2	20	6,1
Curso Médio/Superior	9	1,4	6	1,8	3	0,9
Sem Instrução	165	24,9	66	19,7	99	30,3
NR	7		4		3	

A14 : Repartição da população desempregada de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo o meio de vida por meio de residência

Meio de vida	Cabo Verde		Meio de residência			
			Urbano		Rural	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	669	100	339	100	330	100
Trabalho	130	19.4	49	14.5	81	24.5
Rendimento de propriedade / empresa	3	0.4	3	0.9	0	0.0
Pensão	13	1.9	6	1.8	7	2.1
A cargo da família residente em Cabo Verde	423	63.2	231	68.1	192	58.2
A cargo da família residente no estrangeiro	52	7.8	28	8.3	24	7.3
Outro	48	7.2	22	6.5	26	7.9

A15 : Repartição da população inactiva de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo o meio de residência por sexo

Meio de residência	Pop. Portadora de deficiência inactiva (15 anos e +)		Sexo			
			Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Cabo verde	7097	100	3180	100	3917	100
Urbano	3313	46,7	1485	46,7	1828	46,7
Rural	3784	53,3	1695	53,3	2089	53,3

A16 : Repartição da população inactiva de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo o tipo de deficiência por sexo

Tipo de deficiência	Total		Sexo			
			Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Pop. deficiência	7097	100	3180	100	3917	100
Deficiente motora	3662	51,5	1690	53,1	1972	50,3
Outra deficiência	2782	39,1	1186	37,3	1596	40,7
Deficiência múltipla	653	9,2	304	9,6	381	9,7

A17 : Repartição da população inactiva de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo o tipo de deficiência por meio de residência e grupo etário

Meio de residência/grupo etário	Total		Tipo de deficiência					
			Deficiente motora		Outra deficiência		Deficiência múltipla	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Cabo Verde	7097	100	3662	51,6	2782	39,2	653	9,2
15 - 24 anos	1032	100	567	54,9	375	36,3	90	8,7
25 - 44 anos	1336	100	687	51,4	531	39,7	118	8,8
45 - 64 anos	1423	100	819	57,6	508	35,7	96	6,7
65 anos e +	3306	100	1589	48,1	1368	41,4	349	10,6
Urbano	3313	100	1752	52,9	1305	39,4	256	7,7
15 - 24 anos	554	100	306	55,2	208	37,5	40	7,2
25 - 44 anos	659	100	347	52,7	262	39,8	50	7,6
45 - 64 anos	651	100	373	57,3	243	37,3	35	5,4
65 anos e +	1449	100	726	50,1	592	40,9	131	9,0
Rural	3784	100	1910	50,5	1477	39,0	397	10,5
15 - 24 anos	478	100	261	54,6	167	34,9	50	10,5
25 - 44 anos	677	100	340	50,2	269	39,7	68	10,0
45 - 64 anos	772	100	446	57,8	265	34,3	61	7,9
65 anos e +	1857	100	863	46,5	776	41,8	218	11,7

A18 : Repartição da população inactiva de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo a ilha de residência por tipo de deficiência

ILHA	Total		Tipo de deficiência					
			Deficiente motora		Outra deficiência		Deficiência múltipla	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Cabo Verde	7097	100	3662	100	2782	100	731	100
Santo Antão	1281	18,0	641	17,5	497	17,9	161	22,0
S, Vicente	1208	17,0	582	15,9	529	19,0	109	14,9
S, Nicolau	313	4,4	144	3,9	147	5,3	23	3,1
Sal	191	2,7	90	2,5	80	2,9	23	3,1
Boavista	86	1,2	56	1,5	28	1,0	4	0,5
Maio	116	1,6	49	1,3	58	2,1	11	1,5
Santiago	3057	43,1	1644	44,9	1134	40,8	314	43,0
Fogo	720	10,1	400	10,9	248	8,9	76	10,4
Brava	125	1,8	56	1,5	61	2,2	10	1,4

A19 : Repartição da população inactiva de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo o nível de instrução por meio de residência

Nível de instrução	Cabo Verde		Meio de residência			
			Urbano		Rural	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	7097	100	3313	100	3784	100
Sem Instrução	3938	56,4	1621	49,9	2317	61,9
Pré - Escolar	34	0,5	12	0,4	22	0,6
Alfabetização	206	2,9	75	2,3	131	3,5
EBI	2330	33,3	1215	37,4	1115	29,8
Secundário	463	6,6	309	9,5	154	4,1
Curso Médio/superior	16	0,2	14	0,4	2	0,1
NR	110		67		43	

A20 : Repartição da população inactiva de 15 anos ou mais portadora de deficiência segundo o meio de vida por meio de residência

Meio de vida	Cabo Verde		Meio de residência			
			Urbano		Rural	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	7097	100	3313	100	3784	100
Trabalho	116	1.6	32	1.0	84	2.2
Rendimento de propriedade / empresa	107	1.5	41	1.2	66	1.8
Pensão	1130	16.1	472	14.4	658	17.5
A cargo da família residente em Cabo Verde	4455	63.3	2209	67.3	2246	59.8
A cargo da família residente no estrangeiro	713	10.1	290	8.8	423	11.3
Outro	518	7.4	240	7.3	278	7.4
NR	58		29		29	

A21 : População desempregada portadora de deficiência segundo o sexo por ilha de residência

Ilha	População desempregada portadora de deficiência / sexo		
	Total	Sexo	
		Masculino	Feminino
Total	669	246	423
Santo Antão	89	35	54
S. Vicente	120	59	61
S. Nicolau	11	2	9
Sal	16	4	12
Boavista	4	0	4
Maio	12	5	7
Santiago	330	114	216
Fogo	70	25	45
Brava	17	2	15

A22: Tipo de habitação da população portadora de deficiência

Tipo de habitação	Total	
	Efectivo	%
Total	13948	100
Casa individual	12322	88,3
Apartamento	285	2,0
Vivenda	33	0,2
Barraca	142	1,0
Parte de casa	1166	8,4

A23 : Regime de ocupação da casa onde habita a população portadora de deficiência

Regime de ocupação	Total	
Total	13948	100
Arrendada / sub - arrendada	1332	9,6
Próprio	10746	77,5
Cedida	1784	12,9
NR	86	

A24 : Tipo de cobertura da casa onde habita a população portadora de deficiência

Tipo de cobertura	Total	
	Efectivo	%
Total	13948	100
Betão armado	8614	62,1
Telha	3473	25,0
Fibrocimento	892	6,4
Palha	564	4,1
Lata/cartão/saco	318	2,3
NR	87	

A25 : Materiais utilizados nas paredes exteriores das habitações da população portadora de deficiência

Materiais utilizados nas paredes exteriores	Total	
	Efectivo	%
Total	13948	100
Pedra solta	1499	10,8
Pedra e argamassa	3046	22,0
Blocos de cimento	5247	37,8
Pedra e terra	3862	27,9
Outros	203	1,5
NR	91	

A26 : Tipo de habitação e número de divisões de casa onde habita a população portadora de deficiência

Número de divisões da casa	Tipo de habitação					
	Total	Casa individual	Apartamento	Vivenda	Barraca	Parte de casa
Total	13948	12322	285	33	142	1166
1 divisão	1326	844	13	0	95	374
2 divisões	3071	2672	28	1	33	337
3 divisões	2787	2531	49	1	10	196
4 divisões	2936	2695	107	6	1	127
5 divisões	1650	1547	46	6	0	51
6 divisões	1014	970	12	5	0	27
7 divisões	452	426	11	6	0	9
8 divisões	300	283	7	2	0	8
9 divisões	141	136	0	1	0	4
10 divisões	78	64	3	2	0	9
11 divisões	35	27	3	2	0	3
12 divisões	13	9	2	1	0	1
13 divisões	7	6	0	0	0	1
14 divisões	7	7	0	0	0	0
+ de 15 divisões	4	3	1	0	0	0
NR	127	102	3	0	3	19

A27 : Tipo de habitação e modo de abastecimento de água da casa onde habita a população portadora de deficiência

Modo de abastecimento de água	Tipo de habitação					
	Total	Casa individual	Apartamento	Vivenda	Barraca	Parte de casa
Total	13948	12322	285	33	142	1166
Água canalizada da rede pública	2902	2448	219	22	0	213
Cisterna	784	768	4	2	0	10
Auto - tanque	1127	1013	22	4	3	85
Chafariz	6224	5505	25	5	57	632
Poço	437	415	1	0	2	19
Nascente	1464	1419	0	0	6	39
Levada	123	116	0	0	5	2
Outro	814	586	11	0	66	151
NR	73	52	3	0	3	15

A28: Tipo de habitação e existência da casa de banho da casa onde habita a população portadora de deficiência

Meio de residência/Tipo de habitação	Tipo de casa de banho					
	Total	Casa de banho com retrete	Casa de banho sem retrete	Retrete / latrina	Sem casa de banho , sem retrete e sem latrina	NR
	Efectivo	Efectivo	Efectivo	Efectivo	Efectivo	Efectivo
Cabo Verde	13948	4791	857	186	8008	106
Casa individual	12322	4141	813	173	7112	83
Apartamento	285	270	7	1	7	0
Vivenda	33	29	1	0	3	0
Barraca	142	0	2	1	137	2
Parte de casa	1166	351	34	11	749	21
Urbano	6311	3332	367	56	2515	41
Casa individual	5054	2740	328	45	1916	25
Apartamento	270	255	7	1	7	0
Vivenda	28	26	0	0	2	0
Barraca	104	0	2	1	99	2
Parte de casa	855	311	30	9	491	14
Rural	7637	1459	490	130	5493	65
Casa individual	7268	1401	485	128	5196	58
Apartamento	15	15	0	0	0	0
Vivenda	5	3	1	0	1	0
Barraca	38	0	0	0	38	0
Parte de casa	311	40	4	2	258	7

A29 : Tipo de habitação e fonte de energia para iluminação da casa onde habita a população portadora de deficiência

Meio de residência/Tipo de habitação	Fonte de energia para iluminação				
	Total	Gás	Electricidade	Petróleo	Outro
	Efectivo	Efectivo	Efectivo	Efectivo	Efectivo
Cabo verde	13948	632	6052	6260	1004
Casa individual	12322	602	5162	5697	861
Apartamento	285	4	265	16	0
Vivenda	33	1	29	3	0
Barraca	142	2	8	9	13
Parte de casa	1166	23	588	425	130
Urbano	6311	99	4385	1419	408
Casa individual	5054	84	3580	1101	289
Apartamento	270	2	255	13	0
Vivenda	28	0	28	0	0
Barraca	104	2	8	84	10
Parte de casa	855	11	514	221	109
Rural	7637	533	1667	4841	596
Casa individual	7268	518	1582	4596	572
Apartamento	15	2	10	3	0
Vivenda	5	1	1	3	0
Barraca	38	0	0	35	3
Parte de casa	311	12	74	204	21